



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

ROSIENE FRANCISCO DOS SANTOS

**QUILOMBO KALUNGA COMUNIDADE DO ENGENHO II: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O TURISMO**

**Brasília
2019**

ROSIENE FRANCISCO DOS SANTOS

**QUILOMBO KALUNGA COMUNIDADE DO ENGENHO II: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O TURISMO**

Dissertação apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestra em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo.

Área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

**Brasília
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SR819q Santos, Rosiene Francisco dos
QUILOMBO KALUNGA COMUNIDADE DO ENGENHO II: LIMITES E
POSSIBILIDADES PARA O TURISMO / Rosiene Francisco dos
Santos; orientador Luiz Carlos Spiller Pena. -- Brasília,
2019.
98 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2019.

1. Quilombolo Kalunga Comunidade do Engenho II. 2.
Políticas de Turismo . 3. Turismo de Base Comunitária . 4.
Turismo no Quilombo. I. Spiller Pena, Luiz Carlos , orient.
II. Título.

ROSIENE FRANCISCO DOS SANTOS

Dissertação aprovada em 16 de agosto de 2019 pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
CET / Universidade de Brasília
Orientador

Profa. Dra. Bárbara Oliveira Souza
NEAB/CEAM - Universidade de Brasília
Examinadora externa

Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso
CET/ Universidade de Brasília
Examinadora interna

Marutschka Martini Moesh
CET/ Universidade de Brasília
Examinadora suplente

Brasília
2019

AGRADECIMENTOS

Ubuntu! Eu sou porque nós somos!!

No começo e no decorrer de um ciclo, sempre é necessário agradecer. Ainda na graduação, como estagiária, escutava de uma pessoa um mantra – “Rose, você é mulher, negra, quilombola e pobre: tem que estudar, abrir portas onde estão fechadas” – e assim se foram dois anos como estagiária em Goiânia. Com esse ser de luz, mal eu sabia que ali estavam os próximos passos da minha vida. No início, entrar em um mestrado parecia utopia, porque não “existia” cota e eu me julgava incapaz de ocupar um espaço tão “privilegiado”, já que falo e escrevo apenas meu Kalunguês “pretoguês”. Minha mãe desempregada muda para Brasília e começa a trabalhar como empregada doméstica em um lugar nobre. Em certo dia, conversa com a patroa. Patroa diz: “Nunca vi uma negra(o) que faz mestrado. Nem eu consegui. Tem que trabalhar como babá”.

A crítica dela, porém, me motivou a seguir em frente. O espaço foi ocupado, porém sem bolsa de estudo, sem trabalho, sem dinheiro, mas com muita alegria no coração e gratidão. Iniciando a caminhada no mestrado, ouvi inúmeras vezes que seria uma tarefa solitária. Reclamações, reclusão, leituras, incompreensão, cansaço, caminhada árdua, palavras que acompanhavam o discurso de solidão e foi até chegar ao fundo do poço, para descobrir, reconectar e voltar a ter foco. Descobri que nunca estive sozinha, pois o espaço que ocupava foi de muita luta dos meus ancestrais e de muitas pessoas aquilombadas no presente juntamente com pessoas decoloniais e contra colonizador.

Descobri que carrego no meu corpo o território quilombo, entre outras comunidades tradicionais, visto que essa é uma conquista coletiva. Não vou falar das coisas ruins que aconteceram comigo, porém sou grata por tudo que aconteceu nesta caminhada, dos sorrisos aos choros, a partir da qual vejo a vida sob outro ângulo. Sempre quis fazer um trabalho útil para as pessoas que são excluídas da sociedade e principalmente para os quilombos, ou seja, para cada corpo negro que está aqui na terra. Desculpa! Descobri que aqui é só o início de uma longa caminhada.

Acredito que os segredos espirituais vão além do que os nossos olhos podem enxergar, então, agradeço a Deus, aos meus guias, à minha ancestralidade, por me permitirem trilhar o caminho deste trabalho e, neste trajeto, poder encontrar pessoas incríveis que acreditam em um mundo melhor. Carrego um pedacinho de vocês comigo por encontrar pessoas aquilombadas e pessoas que reconhecem os privilégios do fruto da escravidão.

Agradeço à minha família, em especial mãe, irmã, irmão que, apesar de todas as dificuldades que passamos, nunca me deixaram desistir e lutaram junto comigo, mesmo no silêncio, mostrando uma grande sabedoria. Sem vocês, eu nunca iria conseguir.

Agradeço aos meus avôs, que, mesmo sem saber ler o mundo dos livros, sempre me motivaram a estudar: “Minha filha, você tem que estudar, nós não teve oportunidade”!

Agradeço ao meu namorado, que me consolou, abraçou e motivou, mesmo passando por momentos complicados parecidos com os meus. Deus dá o fardo conforme sua força!

Agradeço à minha grande família dos Quilombos do mundo, Quilombo Kalunga, em especial aos mais experientes, que nos inspiram a lutar cada vez mais, ao passo que partilham conosco suas histórias, alegrias, memórias e experiências da luta coletiva e individual, e por ser resistência. Junto com eles, agradeço aos participantes da pesquisa, que são meus e minhas e primas(o), tias(o), avós(ô), mãe, irmã.

Agradeço ao meu pai, avó, bisavó e meu colega Lana, pela última conversa que tivemos, mesmo todos estando em outro plano.

Agradeço ao professor orientador Luiz Carlos Spiller Pena, por sua orientação, seus conselhos e amizade. Sem o senhor, este trabalho e amadurecimento não seriam possíveis.

Agradeço às professoras da banca examinadora: à Bárbara, pela sua atenção e motivação, por acreditar em mim, pois seus olhos brilham quando fala do meu trabalho. À professora Eloisa, que, mesmo sem saber o que estava se passando, no momento me estendeu a mão e me motivou a continuar (“Rose, perca esse medo”). À Maru, apesar do pouco contato, porém de suma importância.

Agradeço a professora Gislene Maria e a professora Dra. Cíntia da Silva Pacheco pela revisão.

Agradeço à Universidade de Brasília, ao Centro de Excelência em Turismo, aos professores, funcionários, principalmente aos da limpeza, segurança, portaria, alimentação e à Secretária da Pós-Graduação.

Agradeço ao professor José Jorge de Carvalho e a Rita Honotorio e a todas as pessoas que fizeram a disciplina no Departamento de Antropologia. Ali me emocionei, na disciplina do Encontro dos Saberes, quando tia Dainda, com sua ancestralidade e trajetória de vida, falava com olhos cheio de lágrimas. Obrigada professor, por me convidar para contar minha história e não para escutar alguém contar a minha história, que já sei! Naquele dia tive a certeza de que estava no caminho certo, quebrando alguns paradigmas da sociedade.

Agradeço em especial a uma mulher poderosa, Rita.

Agradeço a minha grande família do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, no qual fiz duas disciplinas de suma importância com irmãs quilombolas (Ana, Rosilda, Cida, Valeria, Daniele). Ali conheci o mestre Nego Bispo e Givânia, irmãs e irmãos indígenas (Elizamar), entre outras pessoas queridas de comunidades tradicionais e profissionais docentes e discentes que abraçam a causa e me ensinaram a refletir sobre minha caminhada. Vocês são incríveis!

Agradeço à senhora que me viu contando as moedas para tirar cópias e me deu o dinheiro sem mesmo me conhecer.

Agradeço a todos os colegas de mestrado e amigos que fiz nesta caminhada: Fernanda, Anastya, Camila, Brenno, Maristela, Nayara, Felipe, Luan, Patrícia, Adeir, Cláudio, os amigos africanos entre outros.

Agradeço às amigas Olga, Talita, Nádia e Nadila, por me fortalecerem e falarem que era proibido desistir.

Agradeço novamente à Nádia, por meio do subverta, que apresentou-me outras pessoas incríveis. Sem saber, fortaleceu minha caminhada.

Agradeço às pessoas extraordinárias que conheci na defesa da Ana Mumbuca, que criaram uma fonte de amor comigo. Não citarei nomes, mas sintam-se todos abraçados e representados.

Agradeço à Mariana, Sueli e o Guilherme pelo apoio e amizade. Em que o Guilherme diz: Eu preciso de você, força guerreira! As próximas gerações virão mais fortalecidas.

A todos que me apoiaram e acreditaram na pesquisa! Ubuntu! Eu sou porque nós somos. Nós somos o começo, o meio, e o fim. E por isso nós existiremos para sempre, porque para nós não existe um fim. Sorrindo nas tristezas para comemorar a vida das alegrias, nós somos a gira da gira. Nós somos a periferia. (Nego Bispo).

A árvore não nasce pela folha, a raiz é o fundamento. A primeira coisa que sai é a raiz. Pra ter uma árvore, primeiro tem que ter uma raiz. Quando a árvore vem abrir a folha, a raiz está profunda na terra antes.

Kalungueiro, 68 anos

*A terra é o meu quilombo,
Meu espaço é o meu quilombo.
Onde eu estou, eu estou,
Onde eu estou, eu sou.
Maria Beatriz do Nascimento*

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi refletir sobre a incorporação do turismo na comunidade. Para alcançá-lo, a pesquisa estabeleceu como objetivos específicos: a) descrever a Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II (QKCE); b) conhecer e registrar a percepção da comunidade acerca do seu patrimônio cultural; e c) narrar o olhar da comunidade sobre o turismo. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, utilizando narrativas do Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II-QKCE, fonte principal desta pesquisa, coletadas por meio de registro de história oral. O instrumento utilizado na coleta de dados foi o roteiro de entrevista estruturado em dois eixos de questões sobre a história de vida e a história da prática do turismo na sua realidade, comuns a todos os entrevistados. O principal resultado é a crença na possibilidade de criar uma forma de turismo menos opressora na comunidade Kalunga.

Palavras-chave: Turismo; Comunidade; Quilombola; Kalunga do Engenho II.

ABSTRACT

This work had the general objective to reflect about the incorporation of tourism in the Kalunga Quilombola Community of Engenho II (QKCE). To achieve this, the research has set three specific objectives: a) describe the QKCE; b) register the community's perception of its cultural heritage; and c) narrate the community's view over tourism. The research had a qualitative approach, based mainly on the interpretation of narratives from the Community, collected through oral history record. The instrument used to data collection was structured in two axes of questions, life history and history of tourism within their reality, common to the interviewed group. The main result is that there is a belief that it is possible to create a less oppressive form of tourism in the Kalunga Community.

Keywords: Tourism; Quilombola; Community; Kalunga do Engenho II.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQK	Associação Quilombo Kalunga
AKCE	Associação Kalunga Comunitária Engenho II
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HSBC	Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGS	Organizações Não Governamentais
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
QKCE	Quilombo Kalunga – Comunidade Engenho II
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SHPCK	Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUCAM	Superintendência de Campanha de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do Engenho II.	64
Figura 2 – Calendário de fechamento dos atrativos naturais.	76
Quadro 1 – Linha do tempo de luta do Quilombo Kalunga.	61
Quadro 2 – Calendário religioso do Quilombo Kalunga Comunidade Engenho II.	66
Quadro 3 – Roças da Comunidade do Engenho II.	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 OS SENTIDOS DE TURISMO: DO TURISMO COMO NEGÓCIO AO TURISMO SUSTENTÁVEL, CULTURAL E DE BASE COMUNITÁRIA	30
1.1 O turismo como negócio e como direito	30
1.2 Turismo como desenvolvimento sustentável, o turismo cultural e o turismo de base comunitária	37
2 O TERRITÓRIO DA PESQUISA: MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, QUILOMBO KALUNGA COMUNIDADE DO ENGENHO II.	50
2.1 A inferiorização racial e a resistência quilombola.	50
2.2 O município de Cavalcante no Estado de Goiás	54
2.3 Quilombo dos Kalungueiros	56
2.4 Formação da Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II	63
3 OLHAR DO KALUNGUEIRO NO TURISMO	72
3.1 O turismo pela discursividade kalungueira	72
3.2 O silenciamento no Turismo Quilombo Kalunga ou Chapada dos Veadeiros?	76
3.2.1 Causo Kalunga do Turismo	84
3.3 Aquilombar no turismo	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	96

INTRODUÇÃO

Este estudo teve por objetivo geral refletir sobre a incorporação do turismo na Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II (QKCE). A abordagem do turismo em Terra de Quilombo, do ponto de vista acadêmico, é importante, pois o turismo nasceu e se desenvolve sob a vertente de um modo de produção capitalista, alimentado por uma racionalidade econômica que, em geral, oculta análises sobre as condições de produção e reprodução social sobre o território a cosmovisão quilombola.

O turismo é sempre considerado relevante na visão de economistas, empresários, entre outros, como fator de impacto positivo, fonte de emprego e renda nas destinações turísticas. Entretanto, não se notam outras questões igualmente relevantes e relacionadas ao modo como atinge as localidades, os aspectos sociais emergentes das relações trabalhistas, da habitação, enfim, do acesso à qualidade de vida.

Atualmente, essa atividade vem crescendo como uma das fontes de renda nas comunidades de quilombos que, por sua especificidade sociocultural, representam comunidades que sofreram e ainda sofrem com a exclusão social existente desde sua história pregressa. Desde os tempos da escravidão até os dias de hoje, sua submissão desumana se perpetua pelo “isolamento” das políticas públicas (infraestrutura básica, saúde, educação) em relação aos povos tradicionais.

O turismo praticado nessas comunidades espoliadas desde as práticas da colonização, pela ausência de valorização do seu legado cultural e histórico e pelo preconceito racial, requer ir além do empreendedorismo de mercado. Essa visão entende a atividade sob o rótulo do ganho econômico e financeiro em si mesmo, descolonizando o olhar sobre o território é muito mais abrangente.

O Turismo em Terra Quilombola não deve prescindir de comunicar a qualquer visitante todo o contexto histórico que envolve o seu surgimento de forma contra colonizadora. Isso se inicia de forma brutal desde sua terra/comunidade de origem, quando foram capturados como escravos e identificados sob o rótulo de africanos. Gomes (2015, p. 8) afirma que de “origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus – em Africanos, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões” diversos.

Para o Brasil, a história do tráfico e da escravidão trouxe números muito expressivos do comércio de várias pessoas africanas e africanos. Cerca de 40% de escravizadas(os) tiveram como destino o Brasil (SOUZA, 2016). Portanto, no caminho dessa espoliação em nosso país, a formação da quilombagem como centro principal, em “terras distantes”, de difícil acesso, foi a estratégia encontrada para resistir ao jugo opressor da colonização ao direito à terra, à história da luta de resistência e sobrevivência dos negros no Brasil, elementos centrais dessa resistência até os dias atuais.

Na fala da quilombola Dona Dijé¹, “nós queremos o território para nascer, viver, germinar e morrer”. Nesse sentido, terra e suas derivações não representam somente a conquista do espaço geográfico ou da terra como bem de troca e consumo, mas significam a manutenção do modo de vida, do culto ao sagrado, das relações construídas e da identidade que se estabeleceram a partir do território: o que a terra dá de alguma forma voltará pra ela novamente. Conforme afirma Moura,

o valor da terra para os habitantes das comunidades remanescentes de quilombo é diferente do valor da terra para os demais que exploram a atividade rural. Terra é patrimônio cultural, terra é plantar para sustentar a família, terra é vida, terra é festa, terra é história dos antepassados, é religiosidade. Terra é TUDO (MOURA, 2012, p. 21).

Terra é tudo, entre as porções territoriais destinadas como quilombo. No Estado de Goiás, existem cinquenta e oito² comunidades certificadas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES-FCP, 2019), entre as quais situa-se, no recorte espacial objeto da presente pesquisa, o Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II³, no município de Cavalcante. A comunidade pertencente a esse Quilombo atribui significado ao seu patrimônio cultural, expresso nos saberes, nas lutas e nas manifestações da sua cultura que acontecem no território que lhes foi destinado por

¹ Maria de Jesus Ferreira Brigelo, fundadora do movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

² De acordo com a base de dados da Fundação Cultural Palmares, Certidões Expedidas Remanescentes de Quilombo atualizada até a Portaria 126/2019, publicado no DOU de 18/07/2019.

³ Nesta pesquisa nos referimos a QKCE como Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II.

direito e que reúne, também, um patrimônio natural. Esse, ao contrário do primeiro, é valorizado como atrativo para a prática do turismo.

O esquecimento dos aspectos histórico-culturais, para quem frequenta Cavalcante, é resultado do pouco conhecimento e degradação do patrimônio que existiu no município. Segundo a matéria um “Patrimônio que já foi rico”, do jornal *O Popular*, disponível na Biblioteca Municipal de Cavalcante, na década de 1960, grande parte do patrimônio cultural, histórico e material foi vendido, roubado ou simplesmente esquecido.

O risco desse esquecimento é o que parece existir para com o Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga. Isso é particularmente notável na atividade turística, tendo em vista que os visitantes do território costumam ressaltar estarem na Chapada dos Veadeiros e não dentro de um Quilombo, ao visitar a cachoeira Santa Bárbara.

Para Almeida (2010), a atividade turística na comunidade Kalunga do Engenho II inicia-se no ano 2000, com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e de algumas lideranças locais do território. Com o foco na utilização do seu potencial natural, desde então o turismo vem crescendo de forma significativa em torno do uso das cachoeiras. Entretanto, cada vez mais, esse enfoque natural tem deixado a comunidade mais vulnerável a um tipo de racismo ambiental⁴, tendo em vista que o turismo ecológico não valoriza, ou até mesmo nega ou omite a história quilombola.

É exemplar o caso do Projeto Nova Atlântida (residencial turístico), nas terras indígenas Tremembé de Itapipoca e Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz no Ceará, entre 2002 e 2016. Esse projeto foi paralisado pela mobilização da comunidade em razão das ameaças dos impactos ambientais, de saúde e socioeconômicos que provocaria. A batalha judicial com a empresa espanhola responsável pelo projeto ainda não apresentou um desfecho favorável aos povos tradicionais.

⁴ “Chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, por meio de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia” (PACHECO, 2007). Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>. Existe um Atlas da Justiça Ambiental que documenta e cataloga os conflitos sociais em torno dos assuntos que envolvem o meio ambiente. Nesse suporte se registram diferentes tipos de impactos. Maiores informações podem ser obtidas em: <https://ejatlas.org/about>.

Outro exemplo de racismo ambiental aconteceu na comunidade quilombola de Rasa, localizada no município de Armações de Búzios, no estado do Rio de Janeiro, com fama turística internacional e nacional. Lá, o processo migratório e a chegada de pessoas de outras cidades atraídas pela oportunidade de emprego geraram cobiça no mercado imobiliário, que pressionou o quilombo pelo loteamento de suas terras, transformando Rasa em um bairro urbanizado e com pessoas não quilombolas.

O turismo no Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II recebe diversas denominações por parte dos agentes do setor envolvidos com sua realização como turismo de natureza: ecoturismo, turismo de aventura, turismo de experiência ou turismo de base comunitária. Todavia, é comum que os agentes que operam viagens na região estimulem a visita da cidade de Alto Paraiso de Goiás, em razão da sua infraestrutura urbana e por estar próxima ao portão de acesso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), considerado patrimônio natural mundial pela Organização das Nações Unidas (UNESCO).

Cavalcante, situada a 90 quilômetros mais adiante de Alto Paraiso de Goiás, para quem vem do Distrito Federal, também faz parte da Chapada dos Veadeiros, porém o primeiro município citado tem um papel secundário na divulgação, em que o grande atrativo da mídia é a Cachoeira Santa Bárbara. Essa última está localizada no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga-SHPCK, tombado pelo Estado de Goiás.

O Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga foi tombado em 1991 pelo decreto Estadual de número 11.409, de 21 de janeiro pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Antes disso, sobretudo até o ano de 1980, o meio acadêmico desconhecia sua existência. Essa situação se modificou com a chegada da primeira pesquisadora ao local, a antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, com sua pesquisa sobre as tradições culturais afro-brasileiras Kalunga.

Quando o assunto é religião, os Kalungas se professam católicos, sendo os santos cultuados e representados em seus rituais na tradição do catolicismo popular. Em cada localidade do território é comemorada a folia como forma de agradecimento a um Santo ou Santa, como, por exemplo, Santo Reis, Santo Antônio, Nossa Senhora das Neves, São Sebastião, Nossa Senhora da Abadia, entre outras.

A folia acontece em uma data fixa do ano, na qual um grupo de homens visita as casas rezando, cantando e fazendo curradeiras juntamente com seus familiares, crianças, mulheres e os mais experientes. Os instrumentos que os foliões levam são a

bandeira do santo toda enfeitada de fitas, os pandeiros, os violões e as caixas, que seguem nos cavalos pelas estradas ou até mesmo junto às pessoas a pé de casa em casa, para cantar até chegar o dia do arremate (festa), em que todos da comunidade se envolvem para fazer um grande jantar comunitário aos devotos do santo e visitantes das comunidades vizinhas.

Essas comemorações se perpetuaram ao longo do século e tornaram-se parte das tradições de sua cultura. Nas comunidades, a comemoração religiosa é tida como “um momento de celebração da vida, que rompe o ritmo monótono do cotidiano e permite vivência de afetos e emoções” (FERREIRA, 2009).

As festas em homenagem aos santos, orixás e outras entidades do mundo espiritual sempre constituem momentos significativos na vida das pessoas. As festas se configuram como um dos principais momentos do “catolicismo popular”. Essas expressões de religiosidade nos permitem compreender a sociedade na qual estão inseridas, haja vista seu poder de influenciar a formação das identidades dos povos. As festas cristãs ou até mesmo católicas influenciam na formação da identidade. Para Souza (2013 p. 6), as festas religiosas que movimentam os devotos por todo o país são reflexos da herança do “catolicismo popular”, compreendido por ele como

uma expressão cultural, além de religiosa, e muda de forma e de posição a partir das transformações ocorridas no contexto cultural mais amplo do qual faz parte. É dinâmico e é historicamente constituído, não sendo necessariamente avesso à modernidade, como alguns de seus estudiosos mais conservadores querem fazer acreditar.

Em se tratando das danças, a mais conhecida no Quilombo Kalunga é a sussa. Conforme explica o estudante quilombola Vilmar Costa (2013), por meio de um depoimento de uma Kalunga, essa dança surgiu quando os escravos foram alforriados, devido a uma promessa feita pela Princesa Isabel à Nossa Senhora. Por motivo de alegria, os negros começaram a dançar. Às vezes os homens participam, mas, em geral, é dançada pelas mulheres, que equilibram garrafas nas cabeças, cantam versos variados, alguns de devoção, outros nada sérios e até divertidos, conforme o trecho abaixo:

Ô menina, o que você tem? Marimbondo, sinhá, marimbondo sinhá. É hoje, é hoje que a palha da cana voa. É hoje, é hoje que tem de avoar. Rainha de ouro, de ouro só. Esse rei é de ouro, de ouro só. Osála devadiá varanda, osála devadia varanda.

Os instrumentos musicais utilizados na dança são caixa, bruaca, viola, pandeiro e “tambor onça”, que tem esse nome devido ao seu som grave que lembra o rugido de uma onça. Essa dança sempre é dançada com muita alegria e com roupas coloridas por homens e mulheres. O povo Kalunga, apesar dos momentos de dificuldades que passaram e ainda passam, buscam guardar seus costumes e tradições nos seus ritos e nos seus saberes e fazeres, passando de geração para geração.

Assim como a justificativa empírica por ser Quilombola, além das justificativas já apontadas acima, relacionadas à importância do turismo para os territórios quilombolas e a existência do racismo ambiental vinculado a essas práticas, a escolha da comunidade Kalunga do Engenho II se deve também ao fato de ser o meu lugar de fala. Todas as minhas relações afetivas e sociais estão vinculadas àquela comunidade. Afinal, sou uma mulher negra, quilombola e nascida na comunidade do Engenho II, de modo que assumo tal escolha por acreditar na minha contribuição intelectual e tradicional no tratamento de questões sociais e culturais ali presentes, que são objeto de silenciamento da atividade turística. Antes de avançar este ponto, cabe apresentar brevemente minha trajetória de resistência junto ao tema aqui abordado.

O meu lugar de moradia foi na cidade de Cavalcante (GO), porém nunca fiquei distante do Engenho II. Nos períodos de férias e em finais de semana, era para lá que eu ia conviver com minha família, usufruindo de bons momentos, fortalecendo relações e vínculos com o lugar e com a minha comunidade. É lá onde vivenciamos nossos costumes, danças, comidas, tradições e lutas contra todo tipo de opressão, uma vez que nós vivemos diariamente em resistência. Após alguns anos, fui para Goiânia em busca de formação de Ensino Médio e Superior. Ao entrar no curso de graduação em Turismo, no ano de 2012, fui lançada em um universo de conhecimentos que me permitiram refletir sobre a minha própria comunidade por meio de outros olhares. No curso, comecei a acessar o mundo das pesquisas sobre a comunidade do Engenho II, no qual via no turismo apenas o fator econômico.

A partir desse processo de maturação, percebo que a atividade turística é mobilizada e motivada pela oportunidade do emprego e renda inexistentes na perspectiva da subsistência como pequenos produtores rurais. No entanto, como esse desenvolvimento está sendo construído de maneira bastante intensa e pouco

refletida, a maior parte da renda advinda do turismo tem sido monopolizada na cidade vizinha por empresários não nativos da região. Ao adentrar no mestrado e ter contato com outras pessoas de comunidades tradicionais e pessoas que ajudam na causa, percebi que existia um receio sobre o turismo nessas comunidades. Por isso posicionei-me como pesquisadora-sujeito.

O olhar para os “negócios” não considera que a nossa memória e forma de convívio estão se transformando numa velocidade acelerada, com efeitos positivos e negativos. É por isso que percebi a necessidade de refletir sobre o tipo de turismo que a comunidade deseja, de forma a minimizar os efeitos deletérios à comunidade.

A partir do meu senso prático, busquei construir uma ação/atividade que mostrasse a história desse povo para a nova geração, até mesmo na forma de um turismo que também sirva aos visitantes. Isso significa ir além de uma natureza preservada, abarcando uma história de séculos dos que lutam para existir e resistir. Em outro trabalho acadêmico que desenvolvi, há o depoimento de uma Kalunga que diz o seguinte: “não somos só cachoeira, temos algo a mais, temos muito mais a ensinar e aprender do que só cachoeira” (SANTOS; SILVA, 2016, p. 54). Registros como esse me levaram a refletir sobre os efeitos do turismo para as comunidades quilombolas.

Uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Turística (IPTUR) da Agência Estadual Goiás Turismo, no ano de 2014, publicada em boletim de dados turísticos, juntamente com pesquisas apresentadas no II Encontro de Pesquisadores Sobre o Quilombo Kalunga, no ano de 2015, ratificou o Engenho II como atrativo turístico. Registrou-se que são recebidos visitantes oriundos de diversos lugares, tanto do Brasil, quanto do exterior. Isso nos leva a relativizar a leitura de Cuche (1999, p. 115) quando afirma que o contato com culturas diversas resulta “em um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais”. A proposição do autor revela preocupações de alguns pesquisadores com as transformações decorrentes do turismo nas comunidades quilombolas.

Conhecendo outros estudos desenvolvidos sobre a comunidade Kalunga, outro aspecto ficou latente. Muitos pesquisadores ressaltavam a potencialidade das belezas naturais do Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II para as práticas do turismo. Em 2017, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi ampliando de 65

mil hectares para 240 mil hectares e, além disso, no mês de junho de 2018, doze novos municípios foram acrescentados à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)⁵. Entre eles, estão Alto Paraíso e Cavalcante. Com isso, aumentará também o interesse pelo desenvolvimento de pesquisas científicas na região e interesse para o desenvolvimento do turismo.

Várias pesquisas procuram no conceito de *sustentabilidade* uma forma de refletir sobre o desenvolvimento local, defendendo que o patrimônio natural da região é o que pode alavancá-lo. Embora se concorde com tais pesquisas, que inclusive ressaltam a necessidade da legitimação dos moradores como guardiões desse patrimônio natural, sabe-se que hoje são necessárias pesquisas que se preocupem também com o patrimônio histórico-cultural do Quilombo. Em especial, ressalta-se o Kalunga como propulsor de um desenvolvimento do turismo responsável, uma vez que são poucos que “valorizam a cultura do quilombo Kalunga como um diferencial turístico” (BRASILEIRO, PENA, 2015).

A pergunta norteadora deste trabalho partiu de meu lugar privilegiado de fronteira, entre nativa e pesquisadora: como pensar uma modalidade de turismo “contra colonizador” (SANTOS, 2015) na comunidade Quilombola Kalunga Engenho II em ações e atividades que fortaleçam essa comunidade? Qual é o olhar da comunidade sobre o turismo?

Com efeito, o patrimônio cultural "guardado" pelos Kalungas, especificamente a comunidade do Engenho II, pode propiciar desdobramentos a partir da prática de um outro turismo, no sentido de reconhecer os seus valores, sua forma de vida, tanto para o visitante quanto para o visitado, e suprir as necessidades básicas do território como um todo. Observando os:

sistemas de representação que têm os atores do sítio e da situação na qual se encontram [que] não pode, de forma nenhuma, ser corretamente identificada sem levar em conta a trajetória histórica e cultural dos sítios em questão e de sua releitura no presente (ZAOUAL, 2008).

⁵ Lei complementar nº 163, de 14 de junho de 2018, do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2018/leicomplementar-163-14-junho-2018-786859-publicacaooriginal-155846-pl.html>. Acesso em: 16 ago 2018.

Para tal desafio, traçou-se como objetivo geral refletir sobre a incorporação do turismo na comunidade. Como objetivos específicos estão: a) descrever a comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II; b) conhecer e registrar a percepção da comunidade acerca do seu patrimônio cultural; e c) narrar o olhar da comunidade sobre o turismo.

A partir de tais objetivos, almeja-se que o resultado deste trabalho auxilie em um caminho para uma reconfiguração apropriada do turismo no território Kalunga, baseada em outras fontes turísticas.

Metodologia da pesquisa (caminho percorrido)

É do mesmo lugar de fronteira que parti para o desenho do caminho metodológico da pesquisa, inicialmente do compromisso moral e ético com a minha gente, o que envolveu de início o dilema de como criar o necessário afastamento do meu objeto de pesquisa, sendo eu mesma “parte” dele. Confesso que o método etnográfico ou auto etnográfico, como um mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana da minha comunidade, me mostrou uma possibilidade sedutora de exercício de apreender e compreender esse “outro”. Todavia, como adiante assinalo, a escolha de “dar voz” à comunidade constituiu-se pela via da história oral.

Assim, o campo empírico desta pesquisa, a comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II, foi tratada não apenas como um lugar a ser observado ou para coleta dados, mas um território habitado e vivenciado, em constante mudança em busca dos seus direitos que foram e permanecem no seu próprio entendimento negados pela sociedade.

Portanto, tendo em vista que a metodologia é um elemento fundamental para nortear os passos que devem ser trilhados para se alcançar os objetivos e responder aos questionamentos da pesquisa, alguns elementos são aqui enfatizados. Dentre eles, está a forma que tratei o “causo kalunga” com enfoque qualitativo na observação e análise/interpretação da sua percepção sobre atividade turística. O causo Kalunga ou Kalungueiro é a vivência da pessoa ou o saber que alguma pessoa mais velha repassou.

A abordagem metodológica de tipo qualitativa é utilizada pelas ciências sociais de forma a evidenciar o lado subjetivo dos fenômenos. Isso permite que a análise

interpretativa dos dados supere a busca por unidades de análise obtidas de dados lineares, em geral coletados em amostras de grande extensão. Assim, busca-se uma aproximação com o universo complexo, não linear e dialético da realidade, de forma a chegar mais próximo da própria compreensão quilombola acerca do turismo.

Essa aproximação se deu por meio das narrativas identificadas no QKCE, fonte principal desta pesquisa, coletadas por meio de registros segundo pressupostos da história oral. Mas o que é história oral? De acordo com Constant (2007)

[...] a história oral surgiu nos meados do século XX, tendo como marco a invenção do gravador a fita, em 1948. Opondo-se à história positivista do século XIX, onde o escrito predominava sobre o oral, foi inicialmente posicionada como a “contra história” ou a “história vinda de baixo” (CONSTANT, 2007, p.19).

Tentar entender o porquê de a atividade turística do Engenho II estar tão ligada com o patrimônio natural, em detrimento do patrimônio cultural, implica conhecer a sua história a partir daqueles que a vivenciam “de baixo”, ou seja, a própria comunidade.

Para Lang (2001), a história oral, enquanto metodologia de pesquisa voltada para o tempo presente, permite conhecer a realidade e o passado pela voz e pela experiência daqueles que ali viveram e ainda vivem. Alberti (2005) complementa dizendo que a história oral também pode ser considerada tanto como fonte de pesquisa, quanto técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados.

Para Delgado (2006), nenhuma história é totalmente oral, pois apenas uma parte dela é oral na ocasião na qual o conhecimento está sendo produzido. Saraiva (2010, p.02) explica que:

As experiências de homens e mulheres, ao serem redimidas pela memória, criam condições para escrever no presente os apelos do passado. Assim a (re) construção das experiências permite refletir sobre seus significados nas ações da vida cotidiana onde a história transcorre.

Sendo assim, destaca-se a importância da fala da comunidade para apreender como surgiu e acontece hoje a atividade turística no Quilombo Kalunga do Engenho II e da reflexão bibliográfica e documental sobre o turismo para refletir

sobre as possibilidades dessa prática turística representar um futuro melhor para a comunidade. A mesma autora (SARAIVA, 2010) destaca ainda que “o estudo da história é complexo”, mas por meio do memorar, das indagações e reflexões é possível ir tecendo as ideias e surgindo relatos.

A história oral é uma história construída em torno do outro e da sua experiência de vida, ou seja, deriva da percepção humana, sendo um todo subjetivo, o qual procura desafiar essa subjetividade a fim de ir ao fundo da memória para atingir a verdade oculta (ALBERTI, 2005; MEIHY, 1996). Segundo Thompson e Delgado a história oral:

[...] “admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos e dá subsídios para transformar o sentido social da história”. (THOMPSON, 1992, p. 44)

[...] inscreve-se entre os diferentes procedimentos do método qualitativo [...] Situa-se no terreno da contra generalização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas. Na verdade, os depoimentos recolhidos através do procedimento de constituição de fontes orais traduzem visões particulares de processos coletivos (DELGADO, 2006, p.18).

Meihy (1996, p.13) compreende o método de história oral como um “recurso moderno usado para elaboração de documento, arquivamento e estudo referente à vida social de pessoas”, tendo por base a gravação de depoimentos. A forma de fazer a entrevista difere de outros tipos de entrevista. A técnica remete para a coleta por meio de uma conversa, que deixa o entrevistado à vontade sem muita interrupção, sem transformá-la em algo penoso, utilizando-se como ferramenta o roteiro, que foi manuseado pela pesquisadora como um processo norteador de entrevistas⁶ as quais,

⁶ Segundo Diniz (2010), a entrevista é uma das técnicas mais adotadas e que “reproduz o encontro entre duas pessoas com interesses mútuos”. Entretanto, para ser boa, o pesquisador deve se engajar “genuinamente em uma troca de informações por meio de escuta ativa”. Esse último aspecto requer reconhecer que pode haver uma contínua redescritção das questões orientadoras, considerando a singularidade de cada pessoa. Deve-se, assim, considerar o imponderável de cada encontro.

na prática da pesquisadora também Kalunga, se tornaram conversas ou entrevistas informais centralizadas em temas particulares.

Segundo Thompson (1992), o roteiro deve ser apenas um condutor e um orientador do momento desse encontro, pois a narrativa pode levar a outras questões construídas conforme a história é narrada. Dessa forma, é importante que o roteiro não tenha questões fechadas que inibam a fluidez da narrativa, pois a proposta é fazer o entrevistador mais ouvir do que falar, é produzir uma condução com caráter mais informal, construindo uma relação solidária e humana com o entrevistado. A fonte oral transforma os 'objetos' de estudo em 'sujeitos' e contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON,1992, p.137). Isso nos leva a fazer uma reflexão sobre as ciências eurocêntricas em que não se reconhecem as ciências ancestrais no meio formal, ou seja, dentro da academia. Atualmente já existe uma grande quebra de paradigmas em que os povos de comunidades tradicionais estão escrevendo suas próprias histórias neste meio em que ao mesmo tempo é pesquisador e sujeito.

O instrumento da presente pesquisa é o roteiro elaborado no Apêndice 1, estruturado em dois eixos de questões comuns a todos os entrevistados, de forma a resguardar a intensidade que se esperava surgir potencialmente nas falas para auxiliar na análise e interpretação vinculadas às questões problema.

Meilhy (1994, p.57) afirma que a memória não pode ser confundida com a história oral. Uma das diferenças está no método e na aplicação técnica de cada uma, mas é a partir da memória que a história do sujeito é constituída, pois “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade”, conclui Thompson (1992, p.208), sendo um dos efeitos dos benefícios da história oral ao dar voz ao sujeito.

Delgado (2006, p.39) ressalta a importância da memória na construção e afirmação das representações coletivas e individuais, isto é, elemento fundamental nas constituições das identidades, consciência e auto reconhecimento, com base nas experiências vividas e compartilhadas. Uma das características da memória aponta-se da “afirmação de identidades através do reconhecimento da pluralidade e da alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo [...]”.

Nos estudos de memórias há várias perspectivas teóricas, desde a filosófica, a histórica, até a psicológica. Essas perspectivas são na maioria produções consequentes do contexto histórico do pós-guerra no século XX, no qual também há

uma maior evidência e discussão sobre o método e a técnica da história oral. Thompson (1992, p. 45) afirma ser a história de origem mais antiga, isto é, “a primeira espécie de história”.

Na história oral o silêncio e o esquecimento no ato da narrativa representam um outro aspecto importante e são evidências ricas e ocultas de grande significado para a análise da fonte oral. A memória tem o princípio de reorganizar a vida e a consciência do ser humano e, dessa forma, pode construir, desconstruir e reformular identidades (POLLAK, 1989, 1992; THOMPSON, 1992).

Nessa construção da identidade - e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise - há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si [...] Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (POLLAK, 1992, p.5).

Pollak (1989, p.10) reconhece que a “nova história”, a história oral, deu voz à memória subterrânea⁷ que entra em disputa com a memória oficial, isto é, a memória nacional. Mas pontua, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo”. Contudo, o autor ratifica a história oral como importante instrumento para expandir as investigações para novos campos de pesquisa.

⁷ Para Pollak (1989, 1992), a memória subterrânea é a que representa os grupos minoritários e oprimidos na história oficial da memória nacional, e também, diferencia-se da memória herdada, que é aquela adquirida no cotidiano e nos hábitos de cada grupo social.

Com o ato de narrar e a reconstituição das experiências, ou seja, o pós-memória, Sarlo (2007) também destaca a história oral e o testemunho como instrumentos importantes na reconstrução da confiança daquele que narra sua vida, na esfera privada e pública, política e afetiva, para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.

Conforme a mesma autora, a história oral possibilita mais vozes, ou seja, dá o poder da fala para a comunidade relatar a atividade turística e dizer, em termos simples, como quer essa atividade no presente e no futuro. Em resumo, a história oral começa a dar voz às comunidades tradicionais, ampliando a igualdade aos grupos sociais à margem do poder (THOMPSON, 1992; SARLO, 2007), ajudando a entender a atividade turística que acontece no Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II.

O meu envolvimento com a comunidade Kalunga, em que pese as preocupações e fatos iniciais relatados na apresentação desse percurso metodológico, encurtou uma etapa em geral difícil aos pesquisadores externos a determinadas realidades, ao passo que a cientificidade do processo foi resguardada mediante meu compromisso com a objetivação. Tal inserção permitiu a confiança da comunicação, orientada pelo prévio conhecimento e vivência da pesquisadora sobre que indivíduos, por suas experiências consolidadas de vida, melhor contribuiriam com a pesquisa. Assim, os depoimentos de peso, registrados por meio da história oral dos sujeitos, serviram para elaborar outra visão do turismo. Minhas memórias da infância e o convívio no cotidiano da comunidade permitiram identificar parceiros possíveis para relatarem sobre a atividade turística e a relação com o Sítio Histórico Patrimônio Cultural, sem esquecer sua inserção na escala maior da região da Chapada dos Veadeiros.

Os sujeitos que irão ecoar as falas são todos quilombolas Kalungas, os quais nasceram e foram criados dentro do Quilombo Kalunga entre. Devido uma observação de um dos sujeitos da pesquisa que diz: descrever individualmente os Kalungueiros induz nos próximos estudos, os futuros pesquisadores irão diretamente naquelas pessoas vão vivenciar a comunidade.

Foi realizada uma conversa com nove pessoas formais. As seis pessoas com as quais conversei, de certo modo, estão inseridas em uma das associações do território Kalunga ou já foram membros da mesma. Um dos Kalungueiros não está envolvido diretamente com atividade turística, porém o seu maior afazer é o saber

ancestral. Dos entrevistados, conversamos a distância com dois quilombolas que não são da comunidade do Engenho II. Todas as conversas aconteceram no mês de maio de 2019.

A percepção da atividade turística e sua relação com o patrimônio (natural/cultural) orientou a abordagem interpretativa articulada ao debate com os teóricos escolhidos para discutir o paradoxo do turismo apontado inicialmente, ou seja, da sua pouca realização e vínculo como um turismo cultural. A análise procurou identificar os elementos objetivos e subjetivos nas falas dos entrevistados buscando perceber o que querem dizer no fundo, além da superfície de suas falas, desconstruindo-as para tentar chegar aos seus meandros (DEMO, 2000).

Outro aporte à análise diz respeito ao que Freire (1970) explicita como comunicação eficiente de pesquisa, que se constrói também por meio de palavras, que não podem ser rompidas na relação pensamento, linguagem, contexto ou realidade. Não há pensamento que não seja referência à realidade. Ou seja, meu aprendizado acadêmico, somado a minha identidade quilombola e ao contexto da pesquisa potencializaram minha visão mais intensa e crítica sobre o turismo.

As entrevistas foram transcritas e analisadas em diálogo com o debate teórico e a caracterização do contexto do objeto de estudo e o seu resultado exprimiui como o turismo é realizado com privilégio do aporte ambiental em detrimento do cultural, produzindo uma visão parcializada do território, com o registro do que a comunidade considera como um novo trilhar para realizá-lo.

1 SENTIDOS DE TURISMO: DO TURISMO COMO NEGÓCIO AO TURISMO SUSTENTÁVEL, CULTURAL E DE BASE COMUNITÁRIA.

1.1 O TURISMO COMO NEGÓCIO E COMO DIREITO

O fenômeno do turismo ocorre desde os primórdios da humanidade, quando homínídeos praticavam o chamado *nomadismo*. Tais deslocamentos possuíam necessidades associadas às condições de sobrevivência, diferentemente das motivações associadas às movimentações humanas contemporâneas.

Desde a prática presente na Grécia Antiga, em que uma das características era a utilização da locomoção por motivos como esportes, festivais, necessidade de conhecimento e exercícios religiosos, como na visitação de templos em todo o seu território, até as grandes navegações dos portugueses e dos espanhóis (FERREIRA, 2007), foram inúmeras e significativas as práticas de deslocamento.

Percebe-se que o ser humano sempre foi impulsionado a viajar e empreender esforços para melhorar e aperfeiçoar os seus deslocamentos. Associado a isso, desenvolveu o conhecimento e as técnicas que possibilitaram mais intensidade de pessoas e serviços que o transformaram em uma das economias mais importantes no mundo. Trata-se, eminentemente, do entendimento dos setores público e privado, de um negócio, e de que, para esses agentes, recebe a denominação de maior indústria do mundo.

O termo *turismo* vem das palavras *tour* e *turn* (inglês), com raiz no latim *tornus* e *tornare*. Com o tempo, foi assumindo o significado de tornar, retornar e girar, dando a ideia de viagem de ida e volta. Porém, turismo tornou-se uma ação muito mais abrangente, o que levou diversos autores, órgãos oficiais de turismo e até mesmo empresas a utilizarem conceitos de turismo com seus diversos significados. A definição de turismo auxilia na compreensão da atividade em seus mais complexos aspectos.

De acordo com Panosso (2010), uma das primeiras definições impressas de turismo foi escrita por Eduardo Freuler, em 1905, e afirmava que se tratava de

um fenômeno de nosso tempo que se explica pela necessidade crescente de descanso e de mudança de ares, pela aparição e desenvolvimento de gosto pela beleza da paisagem, pelas crescentes relações entre povos diferentes, pelo aumento de empresas que dão lugar ao desenvolvimento do comércio, da indústria e das profissões e pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte (FREULER, 1905, *apud* PANOSSO, 2010, p. 23).

Wahab e Moesch adotam um pensamento destacam o turismo como um fenômeno que envolve necessidades, práticas e trocas sociais mais intensas

uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que o não exercício de uma função remunerada (WAHAB, 1997 *apud* PANOSSO, 2009, p. 28).

uma relação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais (MOESCH, 2002, p. 9).

As duas primeiras citações acima não explicitam como a terceira uma complexidade nas relações entre seres humanos e desses com a natureza. Relações que envolvem uma base cultural de origem histórica, de entendimento e prática do/no mundo, o que parece ser o entendimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao considerar a atividade turística como promotora da educação, da cultura e da consolidação ecológica dos povos em todo o mundo. Portanto, parecem ir mais além de uma visão burocratizada, ou superficial do fenômeno do turismo, além daquela da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2007) ao conceituar turismo como as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens em lugares diferentes de seu lugar habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com o fim do ócio, negócio e outros.

Com a diminuição das distâncias, o mundo tornou-se pequeno, contribuindo para o processo de globalização que desencadeou o desenvolvimento do turismo. Foi nos países europeus mais avançados industrialmente que a prática do turismo pôde ser melhor desenvolvida como negócio.

O desenvolvimento do turismo está em íntima relação com alguns eventos constitutivos da modernidade, a saber: revolução industrial, mudança de tempo e mentalidade, surgimento da imprensa entre outras. Nos séculos XVIII e XIX, as Revoluções Industrial e Burguesa provocaram uma mudança sociocultural: as cidades se fortaleceram comercialmente e a economia urbana passou a ter importância; os transportes, como, por exemplo, o comboio, a bicicleta ou o carro facilitaram as viagens. O mundo passou a ser observado como paisagem. Assim surge o turismo, que se converteu em uma forma de ver, segmentar e apresentar o mundo.

Surgiu, nesse momento, a necessidade de evasão do cotidiano. As pessoas passaram a buscar lugares para descanso e lazer. Em virtude disso, foi necessária a criação de condições para que esse processo de evasão ocorresse. Porém, salienta-se que a criação dessas condições não se efetivou para a população como um todo, pois viajar, escapar da vida cotidiana, era e é um privilégio de grupos sociais que possuem poder econômico para tanto.

Desde sempre, historicamente e na perspectiva da indústria como assinalado acima, o turismo surgiu no bojo de um modo de produção que se apropriou da cultura e da natureza como produtos comercializáveis, passíveis de compra pelos de maior poder aquisitivo. Não considerou, assim, os conflitos sociais decorrentes desse mesmo modo de produção, associados às dificuldades das forças de produção, daqueles e daquelas que forçosamente colocam sua mão de obra na relação de dependência de emprego e renda.

Essa necessidade de evasão, de acordo com Pérez (2009), no século XIX, no continente europeu, foi o que propulsionou o desenvolvimento acelerado do turismo. Foi graças aos denominados *clientes*, ascendentes da burguesia, possuidores de poupança suficiente para se dedicarem ao lazer e à mobilidade social – associado ao desenvolvimento acelerado das companhias de transporte, impulsionadas pelas revoluções industrial e burguesa – que a viagem, associada ao descanso e ao lazer, começou a fazer parte da vida social.

Nesse primeiro momento, já havia a prática do turismo voltada para aqueles

que buscavam alternativas ao ritmo acelerado da vida urbana. Para tanto, a busca pela promessa de tranquilidade foi encontrada no campo, uma natureza adaptada para recebê-lo, também apropriada para a realização da oferta turística, sejam os atrativos ou os serviços. Há de se ressaltar que, nesse primeiro momento, vigorava na sociedade uma concepção romântica: a literatura glorificava a natureza e a paisagem como lugares onde se era possível ser plenamente feliz. O campo acalentava a promessa de reintegração do ser humano com o amor, sob a representação da natureza como o lugar da plenitude no qual corpo e alma poderiam se reencontrar. Segundo Pérez (2009) esses fatores contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do turismo.

No ano de 1940, Thomas Cook, considerado o pai do turismo moderno, promoveu a primeira viagem organizada da história com fins turísticos. Essa viagem foi realizada para fins de descanso e lazer. Ela registrou o primeiro movimento embrionário do que viria a ser denominado como turismo.

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos projetou o descanso e o lazer como direito de todos, com o seu impacto nas relações trabalhistas dos países do hemisfério norte. A concepção de descanso e lazer como um direito vai se tornar o grande marco que auxiliará na instituição e evolução do turismo como uma necessidade constitutiva da vida e do mundo social e principalmente com a discursividade como desenvolvimento econômico.

Após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1950 e 1973, ocorre o que se denominou de *boom* do Turismo. Nesse momento em que o turismo se expandiu pelo globo, e deixou de ser praticado somente pelos que tinham mais recursos financeiros, quase todas as classes sociais começam a praticar essa atividade, de forma paradoxal, pois poucos negros viajam e muitos estão no serviço braçal.

Cabe salientar que o pós-guerra trouxe certa estabilidade social no que tange às zonas de conflito. Na Europa, verificou-se ainda uma reconstrução econômica em que políticas como o Estado do Bem-Estar Social permitiram à sociedade desenvolver a cultura do ócio. Essa perspectiva de descanso se espalhou pelo mundo ocidental, o que desperta o interesse por viajar e conhecer outras culturas. Dessa maneira, esse fenômeno chamado *turismo* passou a se incorporar às práticas sociais de uma parte significativa dos povos.

O desejo de evasão, de escapar da rotina das cidades, foi amparado pelo

desenvolvimento da indústria automobilística, da acessibilidade pela construção de estradas. Diversos tipos de transporte rodoviário passaram a ser fabricados em série, principalmente para escoamento da produção industrial, o que exigiu construção de mais estradas e acabou também por permitir o maior fluxo de viajantes. Esses fatores associados incrementaram a atividade turística, uma atividade que foi se tornando cada vez mais relevante na economia mundial.

Nos anos 1980, o turismo converteu-se no motor econômico de muitos países, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte com novos e melhores aviões da *Boeing* e *Airbus* e trens de alta velocidade. Durante esse período, houve uma busca de novas formas de utilização do tempo livre (parques temáticos, *resorts*, saúde, cultura). Passou-se a aplicar ainda mais técnicas de *marketing*. Verificou-se que o turista passava a ter cada vez mais tempo livre destinado ao ócio, mais informação e maior experiência, o que o levava a buscar novos produtos e destinos turísticos. Esse quadro acabou por gerar forte competição entre as empresas, na medida em que o crescimento do turismo depende das atrações turísticas existentes. De acordo com Trigo, “as atrações turísticas são matérias-primas que criam vantagem competitiva para a empresa turística” (2003, p. 12). Ou seja, a relação tempo/espaço encurtou distâncias, permitiu maior “diversificação” da oferta, maior comoditização de elementos culturais e da natureza.

Nos anos de 1990, a diversificação dos tipos de turismo, com o objetivo de se adaptarem às novas procuras, originou a sua segmentação com novos produtos, entre os quais o turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo náutico, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos e turismo de saúde.

São nomenclaturas que deixam perceber o turismo enquanto um negócio, como qualquer outro produto que, para ser consumido, requer constantemente a diversificação. Portanto essa segmentação da oferta turística segue as relações de mercado, que leva em consideração a imposição da procura, gerando demanda, e, portanto, busca a adaptação do mercado de maneira a atender os “desejos” daqueles que podem consumir e esquecendo os que recebem essa “turistificação”.

Com o decorrer do tempo, o turismo foi impulsionado pela produção de meios de transporte mais rápidos, equipamentos de hospedagem, agências de turismo, infraestrutura de base, entre outros. Assim o turismo tornou-se cada vez mais

organizado, com fins unicamente comerciais e lucrativos, sem reconhecimento de limites. Todavia, segundo Xavier (2006, p. 11), esse turismo se deu de forma desordenada e com foco no lucro advindo do negócio, que, sem preparo, marca os aspectos negativos da atividade, com a degradação dos seus atrativos, e, conseqüentemente, dos locais onde ocorre. Assim é que

o turismo de massa causa na população uma sensação de lucro fácil. E quando a mesma não tem preparo para iniciar as atividades, se deixa levar pelo paradigma relacionado pelo lucro rápido. Só que aos poucos, com a saturação do local, o turista troca imediatamente de destino, deixando a população em uma difícil situação, já que o seu meio foi “destruído” e não existe um preparo para outras atividades como não houve para o turismo (XAVIER, 2006, p. 11).

Nesse contexto, pode-se perceber que o turismo penetrou na sociedade moderna em um modelo financeiro. A respeito desse modelo, Dias (2007, p. 12) menciona que “a revolução introduziu na sociedade moderna um modelo econômico que tem como seu objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais”. Swarbrooke (2000, p. 5) complementa o pensamento de Dias (2007) e Xavier (2006), ao relatar que tal modelo foi reproduzido indiscriminadamente em países fora do circuito daqueles do chamado primeiro mundo.

à medida que os países da Ásia e África obtinham sua independência, eles estavam decididos a preencher a lacuna de riquezas entre seus países e as nações desenvolvidas. Alguns deles tomavam uma perspectiva puramente em curto prazo e partiam para a exploração de seus recursos naturais com vistas a um lucro imediato.

As transformações ocorreram em curto prazo, decorrentes do aumento populacional, ambição por investimento na área tecnológica, na área industrial e especulação imobiliária, o que favoreceu a “criação” de novas paisagens modernas, cada dia mais alterando a aparência do meio natural.

1.2 TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O TURISMO CULTURAL E O DE BASE COMUNITÁRIA

Krippendorf (2009, p. 28-29) faz uma analogia do sistema da sociedade industrial como uma cobra de duas cabeças, “uma das cabeças devora os recursos naturais sob a forma de matérias primas e energias. E a outra já começou a engolir o próprio rabo”. Refere-se a ação do ser humano que traz consigo grandes impactos pelo consumo excessivo de recursos naturais, contaminação do ar, do solo, entre outros, afetando países em desenvolvimento e desenvolvidos. Esse fator gerou uma grande inquietação, conforme aponta Dias (2007, p. 12):

Por volta do final da década de 1960 e início da década de 1970, cientistas, intelectuais, governantes, membros de organismos internacionais etc. chegam à conclusão da impossibilidade de atendimento da demanda, pela simples razão de que os recursos naturais, não sendo renováveis, poderiam condenar a raça humana ao desaparecimento.

Esse documento descreve que o desenvolvimento econômico deve observar a eficiência econômica, a igualdade, as questões ecológicas e satisfazer as necessidades do presente, porém garantindo o desempenho do futuro, passando a ser o material referencial para uma nova construção de um modelo sustentável (CMMAD, 1998). Embora não se note a sabedoria ancestral das comunidades tradicionais expressa no relatório, alguns países desenvolvidos começaram a propor novas formas de fazer turismo, visando ao equilíbrio entre exploração e conservação. Essa preocupação vem sendo chamada de turismo alternativo e sustentável (MAGALHÃES, 2002).

A consagração do conceito de desenvolvimento sustentável se deu na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil, em 1992, nomeada de Rio 92. A *Agenda 21*, elaborada nesse evento, determinou as bases científicas e políticas necessárias a serem seguidas por cada país na concretização do crescimento com preservação da natureza (SWARBROOKE, 2000).

Tais fatores históricos colocaram em evidência a sustentabilidade, em 1999, quando, na Assembleia da Organização Mundial do Turismo, se apresentou um código de ética com dez artigos sobre deveres e direitos que se devem seguir, como exemplo de desenvolvimento responsável, ao praticar a atividade turística (OMT 1999).

Quando o turismo adentrou os espaços das universidades, enquanto uma área do conhecimento, surgiram reflexões que se propõem a pensar o turismo para além das relações do mercado, como uma atividade capaz de ressignificar as relações econômicas, culturais e sociais, ainda que para isso se torne um grande desafio transpor tal conhecimento (teoria) como prática (metodológica) para fora dos muros das universidades.

O turismo, enquanto campo de construção de conhecimento, tornou-se peça fundamental no desenvolvimento de políticas públicas focadas na promoção, no planejamento e na comercialização, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. Além disso, busca-se a captação de novos mercados e a regulação da sazonalidade, bem como a preservação e o fortalecimento da cultura, ou seja, os campos disciplinares e sua produção reforçam a dicotomia do turismo como fenômeno ou como atividade.

Todavia, a ideia de turismo cultural é anterior a questão ambiental. É possível afirmar que o tema surgiu inspirado pelas viagens do período renascentista e nasceu com o *Grand Tour*, que consistia em uma longa temporada em diferentes cidades europeias, consideradas como o berço da civilização ocidental. Inclusive, “os ingleses, consideravam detentores de cultura apenas quem tivesse sua educação ou formação profissional coroada por um *Grand Tour* através da Europa” (ANDRADE, 2000, p. 9). Embora sua prática fosse restrita apenas as classes abastadas.

Assim, a produção acadêmica menos crítica considera que o *Grand Tour* foi a origem do Turismo Cultural, em que a principal motivação de viagem envolveu algum aspecto da cultura. Porém, deve-se questionar o porquê de o turismo ser uma atividade consumidora de cultura. Nos tempos do *Grand Tour*, o conhecimento sobre outras culturas guardava a intenção do seu julgo, da sua dominação. Na atualidade, tal julgo pode ser compreendido pela transformação da cultura em algo exótico, a ser consumido pelo turismo, o que pode trazer graves prejuízos a determinado grupo social.

Outros aspectos da reflexão acadêmica alimentam essa perspectiva histórica. Ory (1993) apud Pérez (2009) afirma que o turismo cultural está ligado a algo que sempre existiu na natureza humana, que é a curiosidade. A curiosidade entendida como o interesse pela formação, pelo patrimônio cultural, modos de vidas dentre outros.

Já a Carta de Turismo Cultural, publicada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, em 1976, considera o turismo cultural, sob uma visão institucional, como sendo:

Aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes quando contribui – tanto para satisfazer seus próprios fins – quanto a sua manutenção e proteção. Este tipo de turismo, justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda população implicada.

Segundo Andrade (2000, p. 12), os alicerces do turismo cultural fundamentam-se

no esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras e fatos, em suas variadas manifestações. Mas para além desse aspecto de se basear nos monumentos, o turismo cultural se caracteriza também como um segmento de “coleccionadores de conhecimento”. Se expressa como um contato mais “íntimo” com as comunidades, com o intuito de aprofundar-se na experiência cultural.

O turismo cultural pode ter como objetivo, por outro lado, propiciar experiências que gerem um processo educativo, mesmo que informal, oportunizando o desenvolvimento cultural dos turistas, pode ter como consequência a preservação dos recursos visitados e o fortalecimento das comunidades (MORAES, 2010). Vasconcelos destaca que os turistas culturais são interessados em conhecer distintas manifestações culturais e artísticas dos povos com os quais não mantêm contato, cujos acervos sugerem alguma “viagem” pelos imaginários de seus visitantes.

Todavia, há que se cuidar para que não se tratem tais recursos como meros "produtos exóticos" a serem consumidos.

Esse é um risco que não se deseja ao pretender refletir ou criar um roteiro na prática do turismo no QKCE. Sua identidade, relatada por eles mesmos, permitirá, possivelmente, apresentar sua própria versão da sua história e desmistificar os mitos da "sociedade racista" sobre a formação dos Quilombos, o dos Kalunga. Como exemplo, a ideia de que todo quilombo tem que ter capoeira ou que o povo negro sempre toca tambor.

Para o Ministério do Turismo-MTUR, o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, que devem valorizar e promover os bens materiais e imateriais da cultura, respeitando a comunidade local. Para aquele Órgão, essa atividade conta com várias formas de expressão, como turismo religioso, místico e esotérico, turismo étnico, turismo cinematográfico, turismo arqueológico, turismo gastronômico, de base comunitária, afroturismo, entre tantos outros. Essa miscelânea descaracteriza quilombos ou comunidades tradicionais quanto à identidade, seus traços culturais.

O Brasil apresenta uma rica diversidade ambiental e cultural, que é trabalhada para o turismo. Porém, gerenciar o turismo não se mostra como algo simples, pois sua prática tem relação intrínseca com o meio ambiente e as comunidades que o habitam e que, em geral, estão excluídas da possibilidade de uma gestão participativa, conseqüentemente fora dos processos de tomada de decisão. Se o turismo exige planejamento sedimentado em diretrizes de base responsável, deveria ser capaz de abranger todos os atores envolvidos, de forma direta e indireta no processo, ou seja, governo local, comunidade, empresariado e turista.

Mesmo no âmbito do discurso, a sustentabilidade é um norte que contribui para que o turismo inclua equilíbrio com a conservação do ambiente natural e cultural, para desenvolver o bem viver da comunidade local. Somente calcado nessa concepção é que os aspectos positivos da prática se sobressaem. Todavia, o uso abusivo dessa concepção permanece nas matrizes discursivas dos locais de fala desses diferentes agentes, que não alcançam uma efetiva integração, nem uma prática que reflita a redução ou minimização dos impactos negativos, nem a

participação da comunidade. Um turismo desejável, duradouro, além de ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, leva em consideração a voz da comunidade receptora no processo de seu gerenciamento, como acontece em algumas comunidades tradicionais.

O turismo de Base Comunitária está conceitualmente interligado com o ecoturismo, turismo cultural, turismo ecológico e turismo verde, entre outros, todos baseados no princípio da sustentabilidade. De acordo com as definições de Ribeiro (2009), o Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo que deve ser visto como uma atividade social e econômica que contagia a participação dos moradores de uma determinada localidade e desenvolve a prática do turismo, proporcionando bem-estar.

O TBC propõe a construção de novas práticas propiciando inovações e ressignificações dos patrimônios materiais e imateriais, contrapondo-se aos paradigmas do turismo massificado. Para que isso aconteça, a prática turística deve possuir um planejamento. É necessário o envolvimento dos próprios moradores, para que eles articulem, de forma democrática, o desenvolvimento da atividade (BENI, 2006). Pensar o turismo em relação ao patrimônio histórico e cultural no QKCE significa um turismo implementado a partir do que Zauoal (2008), na sua teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, defende:

um *desenvolvimento situado*, cuja racionalidade é "uma construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica". E, assim, afirma as capacidades endógenas de juízo crítico como suporte de *desenvolvimento situado* e criativo, pois o *homo situs* tem no enraizamento, em uma localidade determinada, uma condição de possibilidade para o exercício de sua liberdade e criatividade. Liberdade e criatividade que precisam ser afirmadas em contraposição à *ditadura dos saberes desenraizados* (BURSZTYN, 2018, p. 283-284).

Dito de outra forma, o turismo impacta o local em função de práticas que pretende inserir, sem considerar os aspectos objetivos e subjetivos da realidade de uma localidade. Os atrativos naturais, por exemplo, sofrem processos de depredação tão violentos que acabam por deixar de existir. No que tange aos aspectos culturais, muitas das práticas das culturas locais perdem seus significados simbólicos e acabam por tornar-se meras mercadorias, muitas vezes congeladas e comercializadas em pseudo e rituais, repetidos à exaustão para os "turistas verem". Para Gallois (2001, p. 182),

a questão se torna mais angustiante ainda quando se sabe que os índios que produzem mais enfeites de penas para venda já não as usam em sua vida cotidiana, porque todos os produtos são levados para comércios [...]. A questão do turismo leva às mesmas ambiguidades. Tanto a produção de artesanato como a de turismo, exigem dos índios algo que é um processo de mais de uma geração, de formatar uma noção da própria cultura para destiná-la à venda.

Diante dessa reflexão, pensar o turismo em localidades que abrigam comunidades tradicionais, nas quais muitas delas ainda não acessam diversos dos incrementos dos processos de modernização, é pensar um turismo voltado para um grupo que necessita de projetos de etnodesenvolvimento. Nesses projetos precisam estar inseridas formações, de modo que, no processo de gestão, na discussão de constituição de identidades e de bases culturais, os agentes se reconheçam como sujeitos gerentes da prática turística responsável.

No Brasil, há um afluxo significativo de visitantes nacionais e estrangeiros que usufruem das belezas naturais, da culinária e de outros aspectos culturais que compõem o cenário da oferta. Muitos deles são locais em que habitam povos originários, ribeirinhos, quilombolas, entre outros.

O contingente significativo de visitantes torna-se uma oportunidade para que a comunidade ensine sobre as lutas de resistência, saberes e fazeres para quebrar alguns paradigmas estabelecidos pela sociedade que produz subalternidades.

A relação entre o turismo e a identidade das comunidades tradicionais que recebem essa atividade tem sido um tema bastante controverso na academia e fora dela. Alguns defendem a ideia de que a atividade turística contribui para a perda do território, da identidade, formando um território turístico da comercialização.

A situação de vulnerabilidade e risco das comunidades tradicionais vem também da produção acadêmica quando se verifica que, por meio de um trabalho técnico de turismo nas comunidades Kalunga do Vão de Alma, Vão do Moleque e Engenho II, existe o risco da perda do seu território, de identidade, que não existiriam mais quilombolas a partir das transformações do turismo, como relata Campos:

durante as entrevistas realizadas foi registrada a observação (acusação) de que o Engenho Il não é Kalunga. Esse entendimento pode ser compreendido como resultante dos aspectos que apresentam contradição com a cultura Kalunga tais como (1) a concentração e não a dispersão das moradias; (2) as casas de alvenaria e não as de taipa, adobe e palha (2011, p. 77).

Tais mudanças se deram também quando as políticas públicas chegaram de maneira verticalizada e desenraizada, sem valorizar os saberes tradicionais passados de geração a geração através da oralidade e que fazem parte da sua identidade. Essa perspectiva, ao mesmo tempo que pretende gerar, politicamente, inclusão social, acaba por, ao contrário, excluir ou não considerar a cultura e suas tradições como elementos constituintes dessa mesma política (SCHWARZ, 1999). Quando uma comunidade é legalmente titulada como quilombola, ela precisa manter sua identidade para afirmar e continuar fazendo aquilo que a assegurou como tal.

De acordo com Hall (2006), um dos aspectos que cerca a discussão sobre a identidade está ligado às mudanças que ocorrem na sociedade, numa fase que se define como “modernidade tardia”. Tais mudanças, segundo o autor, acabam por gerar impactos significativos na identidade cultural. Se pensarmos nas comunidades tradicionais, esses impactos são extremamente relevantes, na medida em que geram encontros com práticas, muitas vezes alheias às práticas locais que regem a vida cotidiana das comunidades tradicionais e que se colocam como superiores à tradição da comunidade no qual e de suma importância respeitar a identidade do outro sem disputas de qual é mais importante.

Pode-se dizer que, no Brasil, assim como em outros países que sofreram com a colonização, ocorreu um branqueamento dos saberes de povos de comunidades tradicionais, pois foram tidos como primitivos, ignorantes, supersticiosos e relegados ao esquecimento. Mas há de se considerar também que a cultura, assim como a identidade, está em constante transformação, de maneira que novos costumes acabam sendo assimilados e interferem não apenas na identidade pessoal como na identidade coletiva. Em um contexto de globalização, no qual se vivenciam trocas de todas as ordens em um tempo e espaço comprimido pelas tecnologias, não é possível negar aos visitantes o acesso às comunidades tradicionais, mas a comunidade pode escolher a forma de desenvolvimento que pode chegar ao seu território, preservando seus valores identidade, e modernizar o

que quiser. Portanto cultura neste trabalho é uma forma de existir e resistir contra a massificação da globalização em que essa diversidade cultural foi e é um processo de luta.

Mesmo no contexto em que o acesso ao mercado se dá pelo turismo, é importante frisar a necessidade de uma atenção maior, para que turismo se efetive em comunidades tradicionais de maneira a torná-las capazes de estabelecer relações de trocas culturais, nas quais sua cultura esteja no ensinar que somos diferentes e que isso é importante para romper velhos paradigmas.

Isso porque, mesmo que as trocas culturais sejam constitutivas das identidades culturais dos grupos sociais, pode existir um processo de tentativa de solapar as tradições e as práticas culturais de determinados grupos, despindo-as de suas sensibilidades, de suas narrativas, de sua simbologia, tornando-as meras mercadorias a serem vendidas em pacotes turísticos.

Diante dessa possibilidade negativa, a atividade turística em comunidades tradicionais quilombolas necessita ser organizada pela própria comunidade, na perspectiva do *desenvolvimento da cosmovisão*, de forma que a atividade se some à importância das suas dimensões, ou seja, o turismo como fenômeno que possibilita o encontro, o reconhecimento e a valorização entre “diferentes”.

Todavia, mesmo sendo a comunidade a melhor guardiã de seu território, das suas tradições, dos seus rituais, dos seus patrimônios, existe a necessidade de ser instrumentalizada pelas instituições sociais tanto do poder Federal, Estadual e Municipal, no sentido de fugir do modelo turístico tradicional, e ouvir a demanda da comunidade. Caso não haja essa relação de empoderamento (como se a comunidade fosse responsável pela organização de forma parcial, em que as agências turísticas se aproveitam da cultura para lucrar ou até mesmo outros órgãos do *trade* turístico) da comunidade receptora para gerir o turismo, corre-se um grande risco de o turismo se transformar em novo modo de colonização no século XXI, principalmente no que tange aos territórios habitados por povos tradicionais.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999), as populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar “equitativamente” dos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram e, sobretudo, da criação de empregos diretos e indiretos resultantes, ou seja, os

quilombolos e demais comunidades tradicionais devem ser os empresários da atividade.

Quando se fala em turismo em quilombo ou até mesmo fora de comunidades tradicionais, é necessário refletir a “turistificação” e gentrificação no seu âmbito macro e micro. Cabe lembrar que o turismo é uma prática da modernidade que se intensifica na pós-modernidade, portanto, a ele se interseccionam questões relacionadas a cultura e a identidades e lutas de classes e raça.

Falar sobre turismo em terra de “minorias” étnicas culturais e tradicionais gera confusão conceitual para a opinião pública, ora por desconhecimento, ora por preconceito. Esses povos possuem estruturas de formação social diferenciadas, entretanto, o senso comum dos empreendedores de turismo tende a igualá-las desenvolvendo propostas de modelos padronizados que não cabem nessas realidades (DIEGUES, 1992).

É necessário pensar em uma práxis turística cultural sustentável, conforme a demanda do local que valoriza a memória, a cultura, a identidade, o que se passou naquela terra durante anos e anos, como sendo o diferencial da atividade turística, ou até mesmo criar um modelo de turismo conforme a demanda de cada região. O Código da Ética Mundial do Turismo (2000), em um dos seus artigos, aponta e fortalece ainda mais esse argumento em que as atividades turísticas deverão ser “organizadas em harmonia com as diferenças e tradições das regiões e países”.

Sob essa ótica, é preciso que o turismo a ser desenvolvido nessas comunidades tradicionais esteja calcado nas perspectivas propostas pelo turismo de base comunitária, ou suas derivações (turismo responsável, turismo cultural, turismo sustentável, turismo pedagógico, turismo de base comunitária étnica, turismo de natureza, afro-turismo, turismo de base comunitária), mas de forma que o entrelaçar desses diversos de tipos de turismo assegure o protagonismo quilombola no seu desenvolvimento.

É a própria comunidade quem proporciona um controle efetivo sobre a gestão tanto da prática turística como da preservação do seu ambiente e de suas tradições (MITRAUD, 2003). Cabe salientar que essa prática pode permitir um turismo responsável, no qual se controla o caráter predador do turismo somente como consumo. Nessa ótica, o turismo de base comunitária pode gerar benefícios para a população local.

O turismo de base comunitária dá à comunidade o direito de decidir qual segmento turístico haverá no local e também concordar, ou não, com as mudanças no local, juntamente com os impactos que ele sofrerá. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a população conheça a atividade turística em sua comunidade, que esteja ciente dos benefícios e malefícios que possa haver, e, principalmente, que seja capaz de analisar e tomar decisões sábias com consciência a partir da sua prática.

As comunidades tradicionais têm muito a oferecer. É preciso um olhar para os habitantes e suas práticas sociais. Entretanto, para além do reconhecimento dessas práticas, é necessário instrumentalizar as comunidades de maneira que elas possam gerir essas atividades em seus territórios. Esse processo de empoderamento no ato de gestão pode propiciar trocas culturais entre visitantes e/ou turistas, sobre as mudanças que estão ocorrendo a partir da cultura local, inseridas nas práticas sociais que reforçam, nas comunidades, e para visitantes, sentimentos de pertencimentos e altivez.

Dessa forma, é importante salientar que, para o turismo ocorrer de forma responsável no destino, a comunidade deve ser inserida nesse processo, não só participar escutando, mas expondo suas ideias e opiniões. Um exemplo de gestão que considera esses preceitos pode ser encontrado na prainha de Canto Verde, conforme relato contido em Mendonça (2004, p. 114):

Sabe por que nós não queríamos o turismo? Porque a gente viu que todas as pessoas de Canoa Quebrada que têm alguma coisa em Canoa não são daqui, são do exterior. As pessoas que têm restaurante na Canoa Quebrada... italiano... tem uma pousada, é americano. Então o nativo lá é expulso. Então aqui nós não queríamos que isso acontecesse. Por isso que nós somos diferentes. Qualquer coisa que tem aqui é do nativo. Como só mora nativo, só pode ser nativo. Por isso nós fechamos que só poderia morar nativos ou pessoas ligadas a nativos (J. F., janeiro 2003.).

A dificuldade de aproximação entre o turismo e as comunidades tradicionais foi exemplar no Quilombo do Ivaporunduva, como relata a pesquisadora quilombola Francinete Cruz:

O turismo não era uma atividade bem vista pela comunidade, pois na sua compreensão o turismo só traria problemas e desequilíbrio entre moradores, não se sentiam à vontade com pessoas estranhas passeando na comunidade. Não se sentiam preparadas para enfrentar uma série de questões, com exemplo, o uso de drogas e o descontrole ambiental que provavelmente viriam atrelados ao turista.[...] a falta de conhecimento sobre o turismo mexia com a comunidade de forma excessiva, discutir nas reuniões da associação não eram prioridade (CRUZ, 2016, p. 80).

A Comunidade do Ivaporunduva teve muita luta de resistência contra esse fenômeno complexo que poderia trazer vantagens e desvantagens. A autora ratifica que “a partir do momento que as pessoas se propuseram a entender o que é o turismo e discutir coletivamente todas as ações, foi possível criar alternativas de desenvolvimento” (CRUZ, 2016, p. 80). Isso significa que, quando a comunidade é envolvida nas atividades de desenvolvimento turístico, ela consegue entender a funcionalidade do turismo e perceber o benefício e o valor que será agregado.

A partir dessa compreensão, é possível construir uma relação de cordialidade na qual os turistas serão bem recebidos no local, e a relação entre eles e a comunidade tenderá a ser melhor, permitindo trocas culturais e, ao mesmo tempo, diminuindo muitos impactos dessa relação no cotidiano das comunidades. De acordo com a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Turisol, o turismo de base comunitária objetiva:

- a participação dos atores locais desde o planejamento até a gestão do turismo em seu território como proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais;
- a concepção do turismo como uma atividade complementar a outras atividades econômicas já exercidas pela comunidade;
- a geração e distribuição de renda igualitária, proporcionando preços justos, satisfazendo tanto a comunidade como o turista;
- a valorização da cultura local e o fortalecimento da identidade cultural. Promoção do intercâmbio entre turista e visitante;
- a compreensão de que o turismo só é viável quando desenvolvido de forma associativa;
- a conservação e sustentabilidade ambiental;
- a cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária.
- a implantação de regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local com a gestão do turismo;
- a posse do território pela comunidade através do turismo de base comunitária (*apud* ARAÚJO, 2008, p. 243).

Na contemporaneidade, pode-se caracterizar a atividade turística como uma importante ferramenta de intervenção socioeconômica, utilizando-se de uma característica cultural, como descreve Silva (2010).

Conhecer lugares, manter contato com a dimensão material e simbólica das comunidades, e vivenciar as experiências de um lugar é compartilhar de seus elementos e significados singulares, participando da representatividade cultural dos locais visitados (SILVA, 2010, p. 21).

O turismo cultural é motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interação com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da tradição, da memória e da identidade cultural. Pode-se afirmar, dessa maneira, que o turismo cultural em terras quilombolas permite o contato direto com a identidade cultural de grupos étnicos, proporcionando uma experiência autêntica ao turista e, se possível, um “intercâmbio cultural” entre comunidades tradicionais.

São compreendidos como patrimônio cultural os elementos marcantes da memória social de uma nação ou povo. Entre eles estão o meio ambiente, saberes, tradições e produtos resultantes do modo de sobrevivência dos indivíduos na sociedade, ou seja, segundo Pelegrini (2006, p. 118), “maneiras de o ser humano existir, pensar e se expressar, vem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistema de valores e tradição”.

De acordo com Gonçalves (1988, p. 266), “os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.”. Contudo, o patrimônio histórico cultural necessita de cuidados para se manter, ou seja, de preservação.

O patrimônio protegido deveria, para Choay (2001, p. 19), “servir à memória das gerações futuras [...], afirmar grandes desígnios públicos, promover estilos, falar à sensibilidade estética”. A ideia de monumento é muito próxima à de documento, pois necessita de validação, e os bens culturais, dessa forma, eram utilizados como fonte de instrução para a sociedade.

Segundo o IPHAN, o Patrimônio Cultural

é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. É apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade (IPHAN, 2018. <http://www.iphan.gov.br>).

Se for uma das vontades da comunidade somar com outro turismo, certamente será melhor do que o que se pratica hoje, quando se puder promover o conhecimento e as trocas culturais entre os de dentro e os de fora.

2 O TERRITÓRIO DA PESQUISA: MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, QUILOMBO KALUNGA COMUNIDADE DO ENGENHO II.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o território pesquisado a partir da reflexão sobre a inferiorização territorial nos processos de colonização e que permanecem ainda hoje; pela apresentação do município em que está localizado o quilombo, com referência ao próprio quilombo e à comunidade do Engenho II como forma de apresentar a territorialidade em que ocorrerem as práticas de turismo que serão discutidas no capítulo seguinte.

2.1 A INFERIORIZAÇÃO RACIAL E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA.

A escravidão no Brasil promoveu profundas mudanças na sociedade brasileira nas áreas econômica, cultural, social, política e ambiental. Essas transformações possibilitaram a exploração escravagista pelos colonizadores e permitiu a expansão e o desenvolvimento de lavouras de cana, minas de ouro, produção tropical e, por último, os cafezais.

Essa situação proporcionou a geração e acumulação de riquezas para uma classe dominante que, após a abolição da escravatura, jogou à margem toda uma população negra, sem nenhum direito, sem reparação histórica, o que se reflete até os dias de hoje (MOURA, 1992).

Os materiais de estudo escolhidos para a elaboração deste trabalho apontam para a necessidade de se entender que o quilombo é uma organização que resistiu ao processo de escravização que existe até hoje. Seja na zona rural ou na zona urbana, seja com um território demarcado ou não. Todo corpo negro que veio da África já é um quilombo. Dessa forma, apesar do passado de dores nesse processo escravocrata, é preciso teorizar sobre a afirmação de que o quilombo foi e será a maior forma de luta e resistência das africanas e africanos escravizados (e de seus descendentes) no passado e no presente, para construir um amanhã com igualdade e bem viver.

De acordo com Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos), mestre intelectual quilombola e professor do Encontro de Saberes na Universidade de Brasília-UnB, a

bíblia sagrada dos europeus cristãos foi um dos instrumentos utilizados pelas Bulas Papais que contribuiu para a permanência da lógica da escravidão (SANTOS, 2015). Um dos trechos da Bula Papal *Romanus Pontifex* descreve uma narrativa colaborativa entre igreja Católica e os reis europeus:

Concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (SANTOS, 2015, p. 28, *apud* SILVA, 2005).

Para lidar com os povos que resistiam aos designios cristãos e das monarquias dominantes foram concedidos amplos poderes, para fazerem o que bem quisessem com os não cristãos, sendo assim iniciado um dos motivos da escravidão no Brasil. O intelectual Alex Ratts complementa que “os europeus descobriram ainda no século XV que a maior fonte de riqueza era o tráfico escravista (2006, p. 117).

Em 1500, iniciou-se a invasão e colonização do Brasil⁸ pelos portugueses. Primeiramente com o trabalho forçado dos povos originários, depois dos povos negros vindos da África. Segundo a historiografia escrita na revista *Palmares*, nº 5, a escravidão negra foi iniciada no ano de 1549, com o desembarque de Tomé de Sousa na Bahia, quando foram trazidos os primeiros africanos para o Brasil. Eram pessoas livres na África, de origens múltiplas, de ligações fortes com a terra, e que tinham uma cultura e uma linda história naquele continente. Conforme Gomes (2015, p. 8), eram “de origens múltiplas, todos eles foram transformados – na visão dos europeus - *em Africanos*, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões”.

Os filhos e filhas de diferentes nações africanas foram reduzidos, na visão dos europeus, a um único grupo, chamado apenas de africanos, sendo desconstruídos em suas diversidades e diferenças. Ao chegarem ao Brasil, território desconhecido, as (os) africanas (os) foram forçadas (os) a adaptarem-se à linguagem, à moradia, à alimentação e a outras culturas, de forma que todas as lógicas da sua origem foram transformadas apenas em mão de obra escrava. De acordo com Gomes (2015, p. 8),

⁸ O Brasil foi nomeado três vezes até chegar no nome atual. Antes da chegada dos portugueses os povos aqui encontrados, como, por exemplo, os da língua tupi, chamavam essa terra de Pindorama (Terra das Palmeiras) (SANTOS, 2015, p. 27).

as africanas (os) que foram trazidas (os) não eram apenas pessoas comuns, mas possuidores de habilidades para os trabalhos que iriam desempenhar:

Entre os escravizados, havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem número de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores de metalúrgica e do pastoreio. Ao atravessar o Atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial.

Para falarmos da resistência quilombola, de quilombo, é necessário entrelaçar o passado e o presente. Pois a resistência como ato político também está presente no corpo e nos signos que caracterizam o sujeito quilombola (SOUZA, 2016, p.95). Todavia a quilombagem⁹ foi um processo de luta que teve início no final do século XVI, praticamente ao mesmo tempo que a escravidão começou no Brasil. Conforme relata uma mestre quilombola¹⁰, com seu olhar crítico de reflexão, o primeiro quilombo se inicia no navio negreiro, pois as africanas e africanos fizeram os primeiros atos de rebeldia para não se submeter às situações sub-humanas destruidoras física e psicologicamente.

O movimento da quilombagem deu origem aos quilombos, que se formaram a partir de protestos altamente organizados e contra qualquer forma de opressão. Essa organização ocorreu em todo o território brasileiro e foi “um movimento abrangente e radical. Nele se incluía não apenas negros fugidos, mas índios perseguidos” (MOURA, 1992, p. 24-25). A quilombagem foi um dos principais elementos que contribuíram para que o sistema escravagista enfraquecesse e desgastasse, enquanto os povos aquilombados criaram uma forma de viver livre.

Foram vários os quilombos existentes no período da escravidão. Os mais aquilombados ou citados no meio acadêmico são o da República de Palmares, em Alagoas, que perdurou fisicamente quase cem anos, o do Ambrósio, em Minas Gerais, e Cosme, no Maranhão. Diante disso, o sociólogo Moura (1993 p. 13) relata que

⁹ Luta de classe, social e racial. Conceito criado por Clóvis Moura.

¹⁰ Fala da liderança da mestre quilombola Ana Cláudia Mumbuca no I Encontro Nacional de Estudantes Quilombolas.

no Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão territorial nacional. À medida que o escravismo aparecia e se espraiava nacionalmente, a sua negação também surgia como sintonia da antinomia básica desse tipo de sociedade.

As autoridades perseguiram estes quilombos, chegavam a destruir, torturar e enforcar seus líderes. Contudo, a força de resistência dos nossos antepassados era e é enorme, sempre reconstruindo quilombos em outros lugares. O Brasil foi o último país a ter tal abolição. No ano de 1888, as (os) africanas (os) escravizados e negras (os) brasileiros foram “libertos”, porém sem nenhuma política de integração social. A população “liberta” continuou sendo excluída da sociedade. Passaram-se 131 anos e, entre avanços e retrocessos, a escravidão apenas modernizou sua forma de existir, mas não de se extinguir pelas leis, muitas feitas de cima para baixo e não efetivadas. Se fizermos uma breve reflexão, veremos que foi no início do século XX que tivemos a primeira geração de pessoas negras no Brasil “livre” em que provavelmente alguém teve na família uma bisavô/bisavó que foi escravizado. Souza (2016, p.22) explica

[...] a ocupação das terras brasileiras pelo poder colonial abarcou quase quatro séculos da história do País. Após a abolição formal da escravidão (Lei Áurea nº 3.353, de maio de 1888) levou-se mais de cem anos para que fossem reconhecidos os direitos às terras aos descendentes dos antigos quilombos, por meio do Art. 68 do ADCT, incluindo na Constituição Federal de 1988.

Os povos quilombolas foram discriminados pelas experiências coloniais e imperiais e até atuais deste país, continuando à margem dos processos de acesso à cidadania. Basta lembrar que só na Constituição Federal de 1988 as comunidades quilombolas foram reconhecidas pela primeira vez como sujeitos de direitos. Isso significa que existe um *déficit* enorme da sociedade.

Com o processo de resistência, a quilombagem criou várias formas de quilombo brasileiro com raízes africanas. É preciso destacar que o Brasil já reconhece oficialmente a existência de cerca de 3.524 comunidades quilombolas distribuídas pelas cinco regiões do país. No entanto, a Coordenação Nacional de Articulação das

Comunidades Negras Rurais (CONAQ) reivindica a existência de cerca de 6 mil comunidades quilombolas. Uma delas, como se destaca adiante, localiza-se próxima à Capital Federal, no município de Cavalcante, Goiás, e inserida no contexto de um meio ambiente exuberante que constitui e denomina Chapada dos Veadeiros.

2.2 O MUNICÍPIO DE CAVALCANTE NO ESTADO DE GOIÁS

Cavalcante faz parte da história do estado de Goiás, desde a Capitania de Goyaz. Para um Kalungueiro, de 63 anos “a origem de Cavalcante não é onde está localizada hoje. Seu início está em um lugar chamado Tapa Olho, no município de Teresina de Goiás”. Surgiu, como várias outras regiões do Brasil, através da exploração de mão de obra escrava. Presume-se que a chegada dos primeiros colonizadores ocorreu em 1736 pelo garimpeiro Julião Cavalcante e seus companheiros, no final do século XII e começo do século XVII, em busca da riqueza da mineração, o que promoveu o extermínio dos povos originários dessa região (IBGE, 2018). Sobre as disputas de poder nos registros oficiais, encontram-se dois relatos. O primeiro que

Cavalcante teve fundação, princípio e nome de seu primeiro explorador, Francisco de Albuquerque Cavalcante. Sendo já havia alguns anos conhecidas suas minas, teve, porém, sua fundação oficializada por Domingos Pires em 1740, na passagem do Governador Luís Mascarenhas(LIMA s.d,p.6).

Pires anula a participação de Francisco de Albuquerque Cavalcante e acrescenta Diogo Teles Cavalcante, bandeirante português que descobriu jazidas de ouro e mobilizou o envio de especialistas na arte de exploração do ouro ao Brasil Colônia. Em 1794 foi transferida para o arraial de Cavalcante a fundição de ouro. Estima-se que nesse período eram aproximadamente 20.000 africanas e africanas escravizadas, juntamente com seus descendentes, resultando num número populacional maior do que o de Cavalcante no presente.

Com o declínio do ouro no ano de 1806, o arraial foi abandonado por alguns e outros começaram a prática da agricultura como o trigo, que viria a ser uma das maiores commodities exportadas para os Estados Unidos. O arraial e seus povoados,

como Veadeiros (atual Alto Paraíso de Goiás), tiveram uma ascensão e trajetória lucrativa com safras recordes, especialmente na região conhecida atualmente como Quilombo do Moinho. Nos finais do século XIX, “Cavalcante atingiu a cifra de 20 toneladas exportadas pelo porto do Rio de Janeiro” (LIMA, s/d,p. 9).

Apesar das variações climáticas da região, a produtividade manteve-se favorável até o ano de 1880. Logo após, houve uma crise, por consequência da falta de mão de obra. Um dos motivos foi o movimento da quilombagem e o surgimento do garimpo de cristal em Chapadeiros e no Distrito de São Jorge.

A área territorial de Cavalcante passou por processos de desmembramento, que se iniciaram no ano de 1950, com a criação de Alto Paraiso, e, posteriormente, em outros povoados que também viraram municípios. Mesmo assim Cavalcante continuou sendo o município maior em extensão territorial da região do nordeste goiano, com área de 6.953,70 km² e densidade demográfica de 1,35 por km², sendo que a população é de 9.829 habitantes distribuída entre o meio urbanos (4.742 pessoas) e o rural (4.650) e com o IDH mais baixo da região (IBGE, 2018).

Durante o período escravocrata, meus antepassados, com muito sangue derramado no chão do cerrado goiano, foram obrigados a participar da construção da riqueza do colonizador. Todavia, a história foi implacável com essa classe dominante e sua riqueza acumulada.

Na década de 1960, aconteceu um grande saque na cidade, vários caminhões saíram abarrotados de imagens, objetos do século XII e XIII, como, por exemplo, castiçais de ouro, objetos de prata, uma mesa de fundição, peças da cadeia pública, imagens de Santana e de São Sebastião que lembravam as obras de Veiga Valle. Entre outros objetos furtados, estava o selo Olho de Cabra (boi), de 1850, com carimbo de postagem de Cavalcante e que foi encontrado na Stanley Gibbons em Londres, a mais antiga loja filatélica do mundo¹¹.

Nas lembranças dos mais experientes, há relatos de que a “Igreja Santana era de ouro e que foi roubada” (Kalungueiro, 63 anos). Logo após, representantes do poder público municipal demoliram o que restou e construíram a Praça Diogo Teles Cavalcante homenageando o colonizador como forma de “modernização” da cidade. Cerca de cem metros de distância da antiga igreja, foi construída uma nova, muito longe do esplendor da sua predecessora.

¹¹ Reportagem do jornal popular 24-01-1988.

Os cavalcantenses assistiram a esse ato de vandalismo sem saber bem o que acontecia. O patrimônio material que representava simbolicamente uma das opulências daquele território, constituído com o sangue negro, foi “garimpado” por antiquários que sabiam exatamente o que estavam fazendo e levando. Se não fossem esses ricos tesouros subtraídos, haveria ainda um importante acervo histórico, parte significativa das contradições da história de Cavalcante do estado de Goiás e do próprio país, já que isso aconteceu com quase toda a história do Brasil.

Ao contrário do declínio do município, a quilombagem que resistiu e resiste as opressões, fincou as suas raízes em vários pontos estratégicos da região. O município tem várias comunidades quilombolas em sua volta, e acabou se tornando responsável pela preservação da região, pela manutenção das suas tradições, pela sua forma de interação com a natureza, cultura e intelecto que luta, na atualidade, contra as opressões existentes.

2.3 QUILOMBO DOS KALUNGUEIROS

É difícil falar do lugar de origem sem estar com os pés “enfincados” no chão, tornando assim uma escrita distante da realidade. Desde já deixo bem claro que nem tudo que se passa em cima desta terra deve ser falado ou escrito, pois faz parte também da tradução Kalunga a sua partilha entre os escolhidos, para a transmissão e preservação de seus segredos (Kalungueiro, 70 anos).

Como mencionado na introdução, o quilombo Kalunga está localizado no nordeste goiano do Estado de Goiás. Esse território abrange três municípios: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A partir da criação do Estado do Tocantins, somou-se ainda o território Kalunga, da comunidade Mimoso, que é considerada pela memória local como parte do mesmo tronco familiar.

Segundo Mari Baiocchi (2013), uma das primeiras pesquisadoras que percorreu todo o território, o quilombo Kalunga teve início por volta do ano de 1722, com a chegada do ciclo minerador na região. Assim,

a história dos Kalungas remete ao ano de 1722, quando os bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, e João Leite da Silva Ortiz implantaram o ciclo minerador, as "Minas dos Goyazes", no cerrado, e desencadearam um processo de povoamento da região (BAIOCCHI, 2013; LIMA, s.d.).

Enquanto alguns mais experientes falam que “a formação do quilombo Kalunga se deu desde quando chegou o primeiro negro escravizado no Brasil” (Kalungueiro, 63 anos), se ouve também o relato de que a região era um local de destino das inúmeras fugas em toda a colônia. Silva (1998, p. 282) confirmando esse relato oral, descreve que

[...] durante o século o XVII, até as duas primeiras décadas do XVIII, as terras goianas foram mais uma rota de passagens de bandeirantes e aventureiros objetivando prear índios, descobrir as minas de Cuiabá e, sobretudo, garantir o território português da invasão espanhola, deixando essa área mais centralizada da colônia num verdadeiro isolamento geográfico, facilitando assim a vida de escravos fugitivos de outras regiões e a consequente formação do quilombo.

Para o autor, no século XVII, era possível que os escravizados indígenas e negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, percorrendo a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás.

Devido a esses fatores, não se sabe de fato de qual povo africano são formados os Kalungas. Lembrando que uma das estratégias dos colonizadores era mudar o nome e misturar os povos de idiomas diferentes para dificultar as fugas, ou seja, um quilombo pode ter vários povos da África. Santos (2015, p.27) partilha que “os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar”.

O primeiro contato dos escravizados com os índios não foi amigável, por serem de culturas diferentes, o que levou a conflitos com várias brigas e mortes, em que os negros guerreavam com os índios frequentemente para capturar suas mulheres (KARASCH 1998). De acordo com o Ministério da Educação e Secretaria de Educação Fundamental, há uma discordância da história dessa autora.

[...]os índios também não eram inimigos dos negros do quilombo. Os mais velhos também contam que era costume tratar os índios por *tapuias* ou *compadres* e que todos tomavam cuidado para não assustar ou aborrecer os *compadres* quando eles andavam por perto das casas. Tinham que aceitar como *brincadeira* até as coisas um pouco malvadas que eles às vezes faziam, por *malineza*, como diz o povo Kalunga. Coisas assim como pegar a comida que ficou de noite na panela fora de casa, fingir que estavam roubando uma galinha ou até mesmo levar embora um menino Kalunga, para só devolver uns dias depois... Eles deviam fazer isso para saber se podiam mesmo confiar nos negros e se aproximar deles (BRASIL, 2001, p. 26).

Com o passar do tempo, ambos foram aprendendo a conviver e acabaram construindo uma nova identidade afro indígena. Há relatos de que os mais experientes sabem, com certeza, que, por parte de pai ou de mãe, tiveram uma bisavó que era índia. Dessa forma, nasceu uma comunidade fortemente marcada por essas duas culturas: a dos povos originários com a dos africanos e seus descendentes. Conhecido atualmente como Quilombo Kalunga, ele é formado não apenas por pessoas escravizadas que fugiram da mineração, mas também por negros que compraram sua “liberdade”. Souza (2016, p.115) explica que a reflexão sobre a identidade quilombola passa também pela identidade negra. É importante ressaltar que muitas das comunidades quilombolas se constituem como espaços interétnicos e interracialis.

E na partilha entre os causos Kalungueiros, há relatos de que, antes da aprovação da constituição de 1988, os Quilombolas Kalungas e indígenas moravam no mesmo território, no convívio do dia a dia. Devido à segregação territorial, houve uma separação desses povos levando os indígenas Avá Canoeiro para outro território (Kalungueira, 33 anos).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, aconteceu uma epidemia de “maleita” na qual nem os “benzimentos” e nem as plantas estavam curando a doença. Com o objetivo de ajudá-los, chegaram os funcionários da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), hoje Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), aplicando inseticidas nos mosquitos e medicando os moradores acometidos pela doença.

Depois de um tempo, eles pararam de fornecer os comprimidos. Porque, para acabar com a doença, precisavam controlar os novos casos por meio do exame de sangue. Por isso precisavam coletar uma amostra do sangue das pessoas, quando suspeitavam que elas podiam ter maleita. Essa foi uma revolução ainda maior. É claro que muita gente não queria deixar tirar sangue e custou muito a se convencer. Mas, como dizem as pessoas mais velhas, devagar uns foram amansando os outros e, então, o povo Kalunga passou a aceitar melhor a presença da SUCAM (BRASIL, 2001, p. 74).

Tornaram-se os “primeiros” a terem contato com os Kalungas, porém Baiocchi (2013) relata que desde 1962 já se sabia da existência dos Kalunga por meio de jornais e alusões literárias. Somente no ano de 1982, a professora Mari Nasaré Baiocchi (antropóloga) e sua equipe saíram em busca dos Kalunga para estudar a cultura, crença e história desse povo. “Chegamos, no dia 10 de junho de 1982, à Serra da Contenda, nosso primeiro pouso” (BAIOCCHI, 2013, p. 22). A mesma autora ratifica que a viagem de Goiânia a Serra da Contenda durou trinta horas e foi muito penosa, mas compensadora, pois deu início ao projeto “Povo da Terra”, com apoio da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A pesquisadora, por meio de uma pesquisa etnográfica, buscou conhecer os costumes e crenças dos povos que habitam aquela região. Mari permaneceu um longo período na comunidade, observando o dia a dia daquele povo. Seus estudos foram significativos tanto para o reconhecimento quanto para a demarcação do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK). Foi a partir dessa pesquisa/projeto, *Povo da Terra*, que se criou uma associação com representantes Kalunga, atualmente conhecida como Associação Quilombo Kalunga (AQK). Desde a sua chegada até este ano de 2018, já decorreram 36 anos que a antropóloga iniciou os estudos com aquele Quilombo.

Nesse período, o Quilombo Kalunga recebeu diversas pesquisas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento e projetos, como antropologia, geografia, ecologia, arquitetura, psicológica, pedagogia, botânica, direito, saúde e turismo, entre outras. Como a de Baiocchi, muitas dessas pesquisas foram importantes, no entanto os principais beneficiários desse cunho pessoal e profissional foram os pesquisadores. Embora sejam muito estudados, poucas pesquisas retornam para a comunidade.

A conquista desse território e reconhecimento como comunidade Quilombola Kalunga não foi ao início fácil para a antropóloga, rejeitada pelo povo Kalunga que recebeu o começo de uma nova escravidão, justificada pelo fato de que naquela época estavam ocorrendo várias grilagens, até mesmo mortes, no território dos Kalunga, invadidos por garimpeiros e fazendeiros.

Todavia, outros tipos de problema naquela região, um deles com governo que estava planejando construir uma hidrelétrica chamada Furnas, na foz do Rio Bezerra, e que ainda possui a pretensão de construir uma Pequena Usina Hidrelétrica, mobilizaram Kalunga juntamente com apoio de acadêmicos e ambientalistas para reivindicar seus direitos.

A equipe da Universidade Federal de Goiás, o Projeto Kalunga – Povo da Terra vinha lutando desde 1982 para que os moradores pudessem regularizar a posse de suas terras. E, além disso, propunha que a região em torno delas fosse transformada em santuário ecológico, porque o povo Kalunga dependia para sobreviver do equilíbrio da relação com o seu meio ambiente (BRASIL, 2001, p. 79).

Houve momentos difíceis, com várias etapas árduas. Muitos Kalungas foram expulsos das suas terras, outros permaneceram e assumiram um importante protagonismo, como a Kalungueira Dona Procópio dos Santos Rosa. “Foi a primeira a lutar, mover o quilombo para sua demarcação” (Kalungueira, 33 anos), fato anterior à aprovação da constituição de 1988 com o destaque para a preservação dos direitos das comunidades tradicionais.

Em 1942, com a Marcha para o Oeste, foi possível a expansão para o norte do Estado de Goiás. E com a mudança da Capital Federal para o território goiano, incrementada por meio de transporte, de comunicação e aumento do preço da terra, houve uma enxurrada de gaúchos, paulistas e estrangeiros no território ancestral do Quilombo Kalunga.

Tal movimento promoveu a grilagem de amplas porções do território Kalunga, somente diminuída com a primeira titulação coletiva ocorrida em 1985 (ver em anexo Quadro 1, linha do tempo da luta Quilombo Kalunga). A invasão continuada e de forma brutal queimou casas, demandou mortes e despejos dos Kalungueiros. Alguns foram embora para a cidade de Cavalcante morar na vila Matias, Morro Encantado ou cidades maiores. Esse processo obrigou uma transformação na identidade, porque

para nós, quilombolas, os laços ancestrais estão intrinsecamente relacionados com a terra, assunto já mencionado na introdução. A terra tem um valor elementar na nossa identidade, em que cada momento que sofremos algo, criamos estratégias de resistência contra as opressões. Para Souza (2016, p.99), a identidade tem íntima relação com a noção de territorialidade.

Em 1991, o local foi instituído como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, pelo Decreto Estadual de nº 11.409, de 21 de janeiro pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e sancionado pelo então governador Henrique Santillo (COSTA, 2013), ainda que nesta nomeação não se explicita a paisagem natural como parte do Sítio. Após a criação do Sítio Histórico pela Lei 11.409, os “moradores” saíram definitivamente da invisibilidade, embora, paradoxalmente (BAIOCCHI, 2013).

Quadro 1 – Linha do tempo de luta do Quilombo Kalunga.

1981/1982	Início do projeto Kalunga Povo da Terra.
1982/1984	Solicitação de apoio ao instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO. Assinatura do Termo de Intenções.
1985	Primeira titulação e registro das terras. Governo Iris Resende Machado.
1986	As reivindicações sucedem ao lado das investidas no Vão do Moleque, no Vão de Almas e no Ribeirão dos Bois.
1987	Notícias da construção da Barragem Foz do Bezerra Furnas / AS. Organização do Dossiê Kalunga.
1988	O Dossiê Kalunga é entregue a Furnas / AS.
1989	As notícias de sevícias no Ribeirão dos Bois provocam o deslocamento de um advogado do IDAGO, acompanhado pela coordenação do Projeto.
1990/ 1992	Reunião consecutiva no município de Teresina de Goiás, na localidade de Borrachudo na qual comparece o representante da procuradoria da República em Goiás, Secretaria da Justiça. IDAGO Polícia Federal. Envio de carta-denúncia ao Presidente da República. Preparação do Relatório Técnico Científico – RTC para o governo do Estado de Goiás. Apresentação do Laudo Antropológico – RTC.
1991	A lei transforma a região Kalunga em Sítio Histórico e Patrimônio Cultural é aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Foi aí então que aconteceu a implantação do Sítio Histórico Kalunga.
1992	Projeto Educação preparado pela equipe do projeto Kalunga Povo da Terra, com o apoio da Secretaria de Educação de Estado de Goiás e Ministério da Educação MEC ¹ Associação Povo da Terra – APT.
2000	Reconhecimento pela Fundação Palmares

Fonte: Costa (2013), editado pela autora (2019).

De acordo com os dados da Associação Quilombo Kalunga, o território tem aproximadamente 264.000 hectares. Desse total, mais da metade, 145.000 hectares, está sob posse do Quilombo Kalunga. O processo levou mais de três décadas para ser concluído, período que contou com muitas lutas e resistência. Os demais hectares se encontram em processo de tramitação, sendo aguardados recursos federais para ficar plenamente na posse do Quilombo Kalunga. A indenização dos ocupantes não quilombolas é complexa e ainda pendente.

Nesse território, o povo Kalungueiro interage com a natureza, a partir a sua sabedoria e conhecimento sobre o tempo do fogo, da água, da terra e do ar. Ao olhar para o céu, observam-se as fases da lua para poder trabalhar e até mesmo passear. Na minguante, pegam palhas, madeiras e colhem livre de insetos.

“A lua crescente e cheia é a época boa de plantar e colher, a plantação cresce forte e mais rápida” (Kalungueiro,70 anos). Outro fator importante é quando a lua estiver na fase crescente e torta para direita, sinal de chuva, para esquerda, de vento. No início da lua nova, não se colhe e não se planta, porque pode dar caruncho. “Ao olhar as flores do pé de mangabeira (manga), sabe-se que terá fartura de arroz; ao olhar as flores do pé de caju sabe-se da abundância do feijão” (Kalungueiro,70 anos). Somos um povo que vive em harmonia com a mãe terra respeitando o período de descanso e de trabalho, alimentados por cosmovisão não ocidentalizada, que não hierarquiza as vidas.

O quilombo Kalunga está inserido no bioma cerrado, 90% preservado pela força das comunidades tradicionais nele inseridas. Mesmo sua savana sendo reconhecida como a mais rica do mundo, também é a mais ameaçada, pela queimada, pelo agronegócio, pela mineração entre outras. As árvores do cerrado são conhecidas por suas formas retorcidas, cascas grossas; na época da seca perde suas folhas, muda a paisagem da região, um processo necessário para sua sobrevivência naquele local, fortalecendo seu tronco e raiz. Na época da chuva, a paisagem muda totalmente. É um processo de transformação necessário para sobreviver, e assim também é o povo Kalunga, resiliente na luta de existir e resistir.

Nas suas diferenças também existe sua igualdade, no coletivo também existe o individual. São cerca de 11 mil quilombolas nos três municípios, constituídos em 62 povoados e entre eles está a Comunidade do Engenho II (MARINHO, 2008). É um povo rico pelas funções comunitárias que exercem. Existem a mexedeira (o) do

cerrado, a rezadeira (o), a benzedeira (o) e a parteira (o). O quilombo Kalunga não é descendente de escravos e sim de africanos que foram escravizados; a fuga para mim é um ato de liberdade. No quilombo Kalunga, somos um povo livre, que lutamos para ser o que quisermos com delicadeza e, ao mesmo tempo, como uma muralha de força. Para muitos, um povo calado, porém nós somos observadores; escutamos primeiro para depois falar.

2.4 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DO ENGENHO II

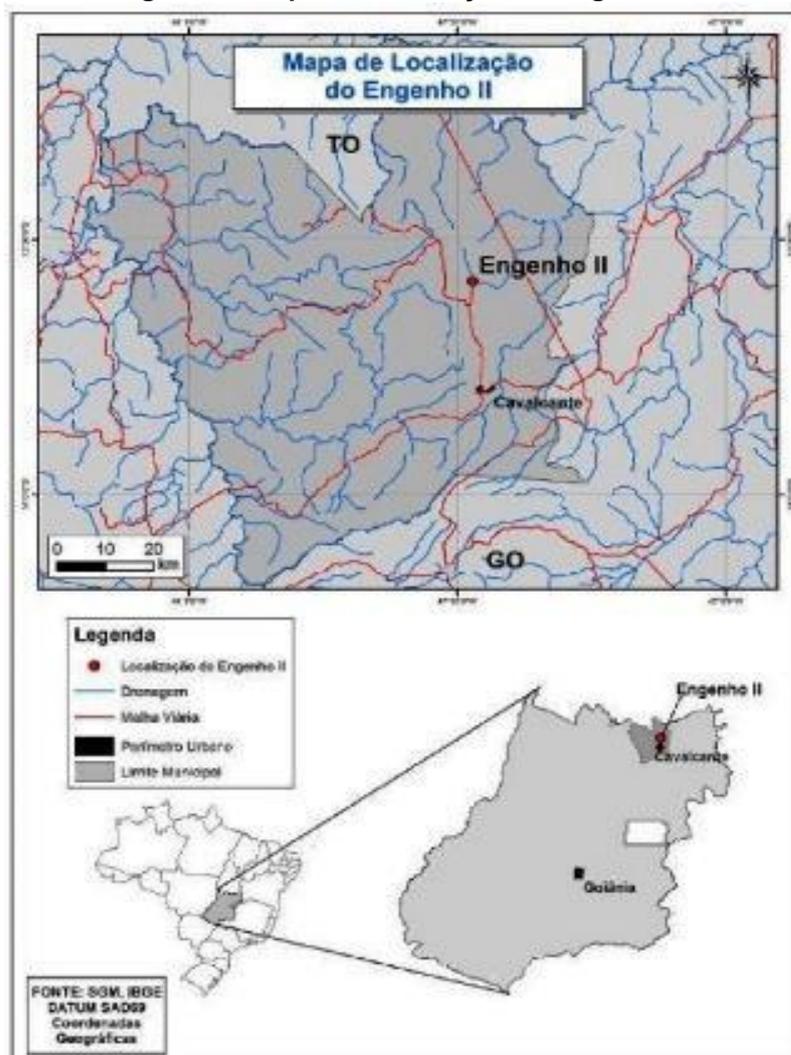
A comunidade Quilombo Kalunga do Engenho II está localizada no município de Cavalcante, a 27 quilômetros do centro urbano da cidade. Sua formação se deu por duas famílias. Situa-se entre os paralelos 13°30´ e 14° 00´ entre os meridianos 47°30´ e 48°30´, com uma altitude em torno de 810 metros (Figura 01).

No rememorar dos mais experientes, a comunidade tem mais de trezentos anos de existência. O tronco familiar inicia-se com o sobrenome Santos Rosa, que vem do Vão de Almas e Vão do Moleque. A outra linhagem, Francisco Maia, surgiu ali mesmo. Com o passar do tempo, foram surgindo outros sobrenomes.

Quando se referem ao nome da comunidade, jovens e mais experientes costumam várias narrativas até chegar o nome Engenho II. Antigamente chamavam de sítio o local onde moravam, próximo dos rios que existem na comunidade: rios Capivara, Comundanga, Tiririca e Quebra-Coco. Alguns viviam em terras de “cultura”. Depois começou a se chamar Engenho, por ser um lugar onde antigamente algumas pessoas faziam moagem de cana, tirando seu caldo para fazer cachaça, rapadura, açúcar e melado. Esse relato é comum entre todos os sujeitos da pesquisa.

Não só o QKCE, mas todas as comunidades do município de Cavalcante, “abasteceram o núcleo urbano por um longo período” (Kalungueira, 28 anos) com arroz, feijão, farinha, mandioca, abóbora entre outros, até surgirem mercados com produtos industrializados.

Figura 1 – Mapa de localização do Engenho II.



Fonte: Moreira *et al.*, 2010.

Como já citado neste trabalho, a luta de existir e resistir do povo Kalunga se propaga até os dias de hoje. A pressão cresceu com a abertura dos trechos rodoviários, e com a transferência da Capital Federal surgiu a macha ao oeste, com o aumento da grilagem e extorsão de terras. Houve, inclusive, alterações de certidões não somente nesta comunidade como em todo Quilombo Kalunga.

Entre esses processos de luta, existem narrativas de que na comunidade existia uma senhora que se chamava Maria Preta (tetravó), dona de muitas terras na região, que foi lesada por um homem que aproveitou o momento crítico que estava acontecendo, falando que estava protegendo as terras de grileiros. Contudo, ele se apropriou ilegalmente das terras, dando como agrado um cavalo e um tecido (Kalungueiros 70 anos e 63 anos). Essa é uma das narrativas da memória local,

dentre outros causos de opressões e até mesmo morte e “trocas” por queijos. Velloso (2007, p. 96) explica que

[...] não foi apenas a estrada, com sua facilidade de acesso a cidade de Cavalcante, que passou a determinar o novo padrão de ocupação do território, destacam-se também a construção da Escola Joselina Francisco Maia, no ano de 1985, e a compra e venda legal e ilegal de terras dentro do território da Comunidade, transformando significativamente a paisagem do lugar. Desta forma, verificou-se que o principal aspecto que levou à configuração de um novo padrão de estrutura espacial foi o rápido crescimento e a expansão das fronteiras da região Centro-Oeste, aliado ao processo histórico de ocupação irregular (sem documentos e registros cartoriais comprobatórios) do território que levou à prática da grilagem. Todos esses aspectos determinaram as transformações ocorridas na estrutura socioespacial da Comunidade do Engenho II.

O papel do estado de “desenvolvimento” daquela região provocou mudanças em alguns fazeres da comunidade, especialmente no cuidado com o que hoje em dia é guardado como memória e passado, de geração a geração, ainda que apenas por meio da oralidade, e não com a junção de uma práxis mais explícita, tanto internamente quanto para os que vem de fora.

Vale considerar que, nos registros oficiais, a comunidade Kalunga reivindicou a demarcação de uma nova área, pois a reconhecida era improdutiva e não resgatava verdadeiramente o território dos antepassados.

Duas lideranças quilombolas partilham o fato de haver alertado que “no estudo da professora Baiocchi, no Estado de Goiás, do rio Capivara abaixo, estavam excluindo aproximadamente 44 famílias do Engenho II e 42 do Vão de Almas, que só receberam o reconhecimento como integrantes do Sítio Quilombo Kalunga a partir da reivindicação das lideranças comunitárias e de um estudo complementar em parceria com o IPHAN e a Fundação Cultural Palmares” (Kalungueiros, 64 anos e 63 anos).

De acordo com o Presidente da Associação Quilombo Kalunga e Velloso (2007), na Comunidade do Engenho II, tem aproximadamente quatorze fazendas ou mais com fazendeiros (ilegais). Citam-se: Fazenda Chapada Luiz de Melo, Fazenda Ave Maria, Fazenda Piteira, Fazenda Pequi e Fazenda Maquiné, Fazenda Choco, Fazenda Nova Aurora, Fazenda Bucaina, Fazenda Fundão, Fazenda Engenho Santo Antônio, Fazenda Chapadinha, Fazenda Segredo, Fazenda João Rodrigues e Fazenda Paciência, tendo as duas últimas sido devolvidas para o Quilombo Kalunga.

Todas as famílias da Comunidade Kalunga Engenho II dependem da agricultura de subsistência, pois são agricultores familiares (Quadro 2)¹². A terra mais fértil ainda está na posse de fazendeiros. O Kalungueiro resiste com o modo de trabalhar dos antepassados, como, por exemplo, a roça de toco¹³. Essa técnica foi repassada de geração em geração.

Quadro 2 – Roças da Comunidade do Engenho II.

Tamanduá
Paciência
Bandinha
Badiona
Bom Jesus
Chambá
Chapadinha (no momento não há ninguém trabalhando)
Choco
Mato de Fora
Mato seco
Engenhim
Candarú
Segredo
Palmeira
Brocotó
Marça
Marçazinho
Terra Vermelha (no momento não há ninguém trabalhando)
Cercado
Capão
Boa Vista
Fundão
Bucaina
Mamona
Bucaninha
Buriti
Buriti
Momoninha

Fonte: Autora, 2019.

Mesmo as terras férteis estando nas mãos de não Kalungas, os verdadeiros donos (Kalungueiros e Kalungueiras) dividem a terra coletivamente. Por exemplo, há cinco donos em determinado espaço que, ao mesmo tempo em que é individual, é de uso comum, em que cada um tem seu espaço nos roçados que são comuns a várias pessoas, as quais vivem sob opressão dos fazendeiros. As plantações cultivadas na roça hoje são as mesmas de antigamente, em que a lavoura é para o próprio sustento

¹² O quadro apresenta uma maioria de roçados identificados, porém existe a falta do seu mapeamento.

¹³ O sistema baseado na derrubada e queima da vegetação, seguindo um período de dicuada (o tempo da natureza, ou seja, chuva)

familiar. Encontram-se os seguintes alimentos: milho, arroz, feijão, mandioca, banana, arroz, abóbora, batata doce, banana, cana, taioba, algodão, gergelim, feijão de corda, quiabo, maxixe, melancia, jiló entre outros (COSTA, 2013). O arroz é limpo na comunidade, e um dos moradores comprou uma máquina para fazer esse serviço, pelo qual cobra 22 reais por saco.

No Quilombo Kalunga, a Comunidade do Engenho II tem quatro folias e ladainhas (Quadro 3). A primeira é a Folia de Santo Reis, que consta na memória dos mais experientes e de algumas pessoas mais jovens como tendo nascido de uma promessa feita por (tio Bisavô) Elói Francisco Maia e seu irmão, devido à seca que estava acontecendo. A primeira vez que a folia saiu foi na roça do Cercado e foi girando nas outras roças. Na época das águas, muitos moravam na roça ou se mudavam para lá para fazer o trabalho de roça. Com a invasão dos fazendeiros, os Kalungueiros foram obrigados a se mudarem, alguns entraram em acordo com os fazendeiros para continuar suas plantações familiares.

Quadro 3 – Calendário religioso do Quilombo Kalunga Comunidade Engenho II.

Calendário Religioso do Quilombo Kalunga Comunidade Engenho II	
MÊS/DIA	DESCRIÇÃO
Janeiro	Folia de Reis - dias 1 a 6 Folia São Sebastião - dias 17 a 20
Março/abril data móvel	Lamentação na Semana Santa – cemitério
Junho	São João (fogueira)
Julho	Folia de Santo Antônio - dias 9 a 13
Agosto	Ladainha de Senhor Bom Jesus da Lapa - dia 6 Ladainha Nossa Senhora das Neves e São Domingos - dia 5 Ladainha São Sebastião - dia 20
Setembro	Folia Nossa Senhora das Neves - dia 2 a 5 Ladainha Nossa Senhora dos Remédios - dia 8
Outubro	Ladainha Nossa Senhora Aparecida - dia 12
Novembro	Ladainha Todos os Santos - dia 1 ^o
Dezembro	Ladainha Nossa Senhora da Conceição - dia 8 Ladainha Santa Luzia - dia 13.

Fonte: Autora, 2018.

A segunda folia é a de Santo Antônio. Pode-se afirmar que é o Santo padroeiro da comunidade do Engenho II. O dia do Santo é comemorado em 13 de junho, porém, nessa comunidade, acontece apenas no mês de julho, devido também a uma promessa e por ser período de férias em que familiares podem participar.

A festa teve origem devido a uma moça que sofria de epilepsia. Foi feita uma promessa, um voto para Santo Antônio, que, se ela melhorasse, iriam continuar fazendo a festa. Realizou-se a primeira celebração e melhorou da doença, o que levou a festa a acontecer até os dias de hoje no dia 13 de julho.

Essa moça é minha avó. Desde que ela era pequena, essa folia girava e arrematava na comunidade, promessa feita pela minha trisavó. Com o passar do tempo, ela se casou e ficou responsável, com o marido, por soltar a folia. No rememorar dos mais experientes, há relatos de que teve uma época que ambos “mudaram para a comunidade do Vão de Almas e não soltavam mais a folia” (Kalungueiro,70 anos).

Nessa época, na comunidade, duas Kalungueira, Tereza e Josa (uma delas professora da comunidade), incentivaram as crianças a soltar a folia de brincadeira, para não deixar essa tradição morrer. Mais adiante, o senhor Chimim (meu avô) ficou muito doente, voltou para a comunidade e continuaram até os dias de hoje de forma comunitária em que cada ano tem um responsável. E como se fala no Kalunguês vem um timuridade (várias) de gente (Kalungueiro,70 anos).

Com o reconhecimento da comunidade como quilombo, os benefícios e malefícios chegaram de uma forma muita acelerada na comunidade, sem mesmo deixá-los se organizar para receber o desenvolvimento. A identidade foi colocada ao julgo permanentemente, com discursividades racistas. As opressões que foram acontecendo moldaram alguns afazeres da comunidade e, por outro lado, deixaram outras práticas culturais mais fortes, como, por exemplo, a folia e a plantação. O livro sobre violência contra quilombos no Brasil (2018, p.32) aborda que existe um [...] “grave contexto de vida nos quilombos em que o racismo institucional tem sido experimentado de forma cotidiana pela população” quilombola, o que junta com o racismo epistêmico e econômico.

No ano de 2004, houve a entrega do novo prédio da Escola Joselina Francisco Maia, cuja solenidade contou com a presença do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi um momento em que se comemorava também a chegada do Programa Luz Para Todos na Comunidade Kalunga Engenho II, sendo a primeira comunidade do território a receber energia elétrica instalada em todas as casas.

Em 2008, foi construído o Posto de Saúde, em parceria com a Organização Não Governamental (ONG) Simply Health, com a mão de obra de moradores da

comunidade. O prédio é estruturado com uma área bilateral coberta, sala de espera, um pequeno corredor que faz a divisa entre os quartos de vacinação, sala médica, sala de curativo, cantina, e três banheiros. O prédio recebeu o nome de Joana Cezário de Torres, em homenagem à senhora mais velha da comunidade, que faleceu entre 2007 e 2008 com mais de cem anos de idade.

Atualmente o prédio se encontra em situação precária, com uma reforma iniciada e não finalizada, e o atendimento ocorre com pouca frequência. O governo federal beneficiou a Comunidade com algumas dezenas de unidades sanitárias. No ano seguinte, chegaram as Casinhas do Cheque Moradia, que beneficiaram também algumas dezenas de moradores. Quando falamos em benefício e malefício, dizemos que a chegada dessa infraestrutura poderia ter sido melhor organizada, em que o projeto deveria ser pensado coletivamente, se pensando que haveria o futuro da sua conservação para se programar.

Com a proximidade do centro urbano e presença de visitantes, pesquisadores, imprensa, aventureiros, ocorreram várias mudanças na comunidade, com por exemplo, modificação das residências no qual alguns estudiosos ratificaram que a casa de adobe era moradia do inseto chamado barbeiro que causa a doença de chagas.

Porém ao olhar o Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II, percebe –se que resistimos contra a globalização capitalista. Em que aproveita um pouco da modernidade sem ignorar o que os nossos ancestrais. Com por exemplo, as casas dos mais experientes e de alguns jovens sempre terá o fogão à lenha.

Devido ao acesso a recursos financeiros para construir suas moradias, alguns moradores deixaram suas casas de adobe e/ou pau a pique com cobertura de palha de pindoba para viverem nas novas casas de alvenaria. A maioria optou por aumentar suas casas, ou seja, manter a casa de adobe, ampliando com materiais de alvenaria ou trocando apenas os telhados.

As casas possuem serviços de encanamento, porém falta rede de esgoto e os dejetos são jogados nos quintais não havendo atendimento do sistema de coleta do material pela prefeitura ou qualquer órgão. Somente as lixeiras da comunidade e a caixa d'água são assumidas pelo poder público, em que a coleta acontece uma vez por semana. Como na cidade de Cavalcante, na comunidade também não existe a coleta seletiva.

O lugar e o Kalunga de hoje são diferentes de há alguns anos. Demonstra conectividade com algumas características urbanas como, por exemplo, a comunicação através da televisão, conexão à internet, geladeira, máquina de lavar. Em 2009, a comunidade ganhou onze computadores com antenas de internet funcionando.

Um galpão, construído pela Fundação Brasília, serviu de depósito para os aparelhos que só vieram a funcionar um tempo depois. Por causa disso, esse galpão passou a ser conhecido como Casa Digital. O benefício foi doado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com empenho de três estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (Núria, Vilmar e Ludmila), mas atualmente está desativada por falta de manutenção.

Como em todo o Brasil, as comunidades tradicionais foram pressionadas a esquecer a língua originária, a religião, enfim, sua cultura de origem, a sua identidade. Considerando que “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura” (FANON, 2008, p. 50), a luta de existir e resistir do “Kalunguês”, não só como cultura, mas como um ato político, embora aprendamos outros idiomas, exige adotarmos estratégias para não esquecermos a nossa essência. Para isso, a comunidade conta com um grupo de teatro chamado Arte Kalunga – MATEC, composto de crianças e jovens. Com a Peça *Vida de escravo: a luta de nossos antepassados em busca da liberdade*, o grupo retrata a história da formação de um quilombo mostrando a relevância de sermos aquilombados, em que o “movimento aquilombar-se refere-se à luta pela garantia da sobrevivência física, social, cultural e histórica” (SOUZA, 2016, p.22-23).

Na comunidade do Engenho II, a pesquisadora e, ao mesmo tempo, quilombola kalunga considera que não há índice de analfabetismo, pois os que não sabem ler livro sabem ler o mundo, a natureza, ou, seja temos o conhecimento da ciência ancestral. Um dia escutei de um mais experiente “Eu sou formado na enxada”, denotando que nenhum conhecimento anula o outro e que ser pequeno agricultor não é falta de oportunidade, mas autonomia alimentar e que ali também ensina muita coisa sobre a vida.

No acesso do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, há apenas um professor que não é Kalunga, porém é casado com uma. Na rede municipal, existem 90 alunos e a na rede estadual, 84 matriculados no ano de 2019. Todavia não é uma

escola com o formato Quilombola Kalunga de lecionar. O governo ainda envia o plano de ensino que tem que ser seguido e que exige outro modo de ensinar. Mesmo assim, os professores quilombados ensinam fora de quatro paredes, porque a luta é contínua.

Os jovens Kalungas saem da comunidade para cursar o Ensino Superior na Universidade Federal do Tocantins, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás, em diversas áreas do conhecimento. Isso é uma grande vitória, pois não precisam ir para casa de terceiros trabalhar como antigamente, porém há desafios, mas são outros como, por exemplo, existir e resistir no espaço em que faz um epistemicídio das suas ciências ancestrais.

De acordo com alguns moradores, na comunidade há 750 habitantes, mas o agente de saúde comunitário fala que constam nos seus registros cerca de 502, o que nos mostra a suma importância do censo quilombola que irá acontecer em 2020. O tronco mais experiente da comunidade hoje é uma mulher com 96 anos e um homem, que é seu irmão, com 92 anos.

Dentro desta comunidade, há registros de memória da presença de bandeirantes no período da escravidão, dos quais está a cerca de pedra, a estrada cavalheiro feita de pedra, duas rodas de pedra, poço (ou pilão) cavado na pedra. Na roça do Engenho, acredita-se que foi o primeiro pé de manga da comunidade, plantado por negros escravizados. “O pé de manga bicentenário, tricentenário foi o primeiro pé de manga que nasceu dentro do Engenho. A velha Joana conheceu o pé de manga grande. Ela morreu com mais de cem anos. É um mundo velho de pé de manga... Manga comum” (Kalungueiros de 63 anos, 70 anos).

Os mais experientes, além de adultos, relatam alguns dos objetos que existiam ali e que hoje em dia são escassos:

- Carocha era a capa que usava de primeiro. Capa feita de buriti.
- Esteira era a cama feita de palha de banana, buriti, arroz.
- Pipa naquele tempo invernava 40 a 60 dias. Fulano ia abrir a pipa, os vizinhos iam.
- Tuya é um caixote que fazia de taboca outra hora de palha de buriti ou de madeira, forrava de palha de arroz e colocava o arroz.
- Caritó é feito de buriti dos braços do buriti seco nem rato entrava. Era o arroz e mais limpo. Guardava arroz, feijão, farinha fazia ele partido e a tampa era uma só.
- Surão.

- Bandura fazia de cabaça grande. Partia a cabaça, pegava o buriti, cortava e arrumava a cabaça em volta e colava com baré (uma orquídea).

Há dois cemitérios na Comunidade, situados em diferentes lugares: um em local mais afastado, onde são enterrados adultos e idosos; e outro, situado próximo à Escola, onde são enterradas as crianças, chamado de Cemitério dos Anjos. Segundo relato dos moradores da comunidade, as crianças são enterradas em local especial por serem consideradas almas puras. No barracão comunitário, há reuniões e os festejos da comunidade. Nos demais dias, o seu entorno funciona como estacionamento para turistas.

A religião predominante é católica, mas a protestante vem reunindo crescentemente fiéis. Isso provavelmente está acontecendo, porque seus cultos são celebrados semanalmente, ao contrário das cerimônias católicas que ocorrem mensalmente, apenas quando o padre visita a comunidade.

Com o *boom* turístico, foram ocorrendo mudanças para atender às suas demandas. Atualmente, na comunidade há sete restaurantes, três lanchonetes fixas, um rancho de palha comunitário (lanchonete rotatória), uma pizzaria, sete áreas de *camping* com quartos coletivos e privados e duas casas para alugar.

O território apresentado é onde se localizam as práticas de turismo que serão referidas no próximo capítulo. Sua apresentação visou enfrentar as divisões que são adotadas nas práticas de turismo, em que a comunidade é vista apenas sob uma dimensão e não pelo todo.

3 OLHAR DO KALUNGUEIRO NO TURISMO

O capítulo tem o objetivo de descrever como o quilombo é impactado pelo turismo, como as pessoas “de dentro” percebem-no e o que indicam como pistas para um outro conceito e prática de turismo. A intenção aqui é dar ênfase ao que na sua visão desconstruísse o uso parcial do lugar visitado, onde elementos da cultura local fossem apresentados pelas pessoas que a vivenciam, uma oportunidade de apresentação da cosmovisão do povo visitado, sobre a vida e a natureza, que favoreça outra relação entre visitantes e visitados. E, até mesmo, que se tenha oportunidade de refletir sobre a inferiorização racial e territorial que estrutura a realidade local e brasileira. E que visitantes e visitados tenham garantidos seus direitos de cidadania.

3.1 O TURISMO PELA DISCURSIVIDADE KALUNGUEIRA

Conversar, observar e vivenciar a vida no Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho Il permite compreender as práticas de turismo ali realizadas. Os discursos sobre o turismo são dispostos numa linha do tempo com início, meio e até os dias atuais. Quanto ao surgimento do turismo ali, são contados vários e diferentes causos, uma espécie de grande colcha de retalhos, com várias vozes que ecoam dali. Os mais experientes falavam e falam que sempre se soube da existência das cachoeiras. Isso porque entravam mata adentro para trabalhar nas redondezas com a roça de toco, tomar banho entre outros afazeres do dia a dia.

Nas vozes dos adultos, entre trinta e cinquenta anos de idade, há relatos que um parente Kalungueiro que morava em Brasília foi passar as férias na comunidade, com um grupo de amigos, na década de 1990. Fascinados com as paisagens, tiraram fotos e divulgaram, por mensagens telefônicas, internet, boca a boca, até surgirem pessoas curiosas querendo conhecer o local. Na verdade, apareceram poucas pessoas, uns “gatos pingados” como afirma a oralidade local.

Tratando-se de turismo ou seu histórico na comunidade, vale referir ao município vizinho a 115,5 km, o de Alto Paraíso de Goiás. Lima (s/n) relata sobre um projeto político desenvolvimentista, em 1981, baseado na produção agrícola de frutas

consideradas nobres e da exploração do potencial turístico financiado com recursos internacionais. Foi realizado um grande aporte para melhorias na infraestrutura, com a construção, em menos de um ano, de um aeroporto, um hotel (Paraiso), um hospital, instalação dos serviços/equipamentos de luz e água, asfaltamento, entre outras.

Lima (s/n) afirma ainda que nesse período de duas décadas surgiram outros projetos, como o Rumo ao Sol, que provocou inúmeras mudanças, principalmente, o asfaltamento da rodovia GO-118 e a migração dos “alternativos”. Tudo isso forneceu o embrião para o ecoturismo e logo após o turismo esotérico, com a demanda de novos visitantes, muitos dos quais se tornaram moradores e iniciaram atividades relacionadas ao turismo naquela localidade, até mesmo região, como sendo algo místico.

O contexto aproximado ao quilombo abre possibilidades do desenvolvimento da atividade em seu território. As narrativas contadas indicam que a atividade iniciou através do ex-prefeito Eduardo Coimbra Passos, com apoio de *fulano*, que tinha uma visão de turismo e viu uma grande potencialidade no local. No decorrer da implantação, fizeram uma reunião interna e logo após chamaram as “lideranças locais para participar de uma reunião com SEBRAE e AGETUR. Na época, Marcello Safidi era o presidente da Agência Estadual de Turismo-Goiás Turismo” (Kalungueiro, 64 anos).

Nessa caminhada, a comunidade teve um representante à frente, com a responsabilidade de ouvir, discutir e levar as considerações da comunidade. Na época falava-se do que estava ocorrendo e dos cuidados para não deixar essa “onda” atravessar a comunidade, por considerar que o espaço para o consumo do turismo era a nossa casa, e se tinha que ter o cuidado para preservar a comunidade e sua tradição. Porém, foi algo muito novo para uma comunidade que vivia praticamente no “isolamento”, sem uma preparação ou conhecimento mais profundo sobre essa atividade turística, mas que confiou no discurso sobre os seus benefícios, especialmente financeiros, desde aqueles primeiros encontros.

No início das atividades do turismo, as pessoas chegavam e não havia uma dinâmica de acolhida. “Encostavam na casa do Pai, apesar de não ter nada indicando, pois tinham outras casas para baixo, na beira da estrada, mas foi ali que se estruturou o primeiro ponto de referência para os que vinham de fora” (Kalungueira, 28 anos). Nesse local de parada, os visitantes pagavam uma taxa simbólica para

entrar, dois reais. O condutor não tinha uma tabela de preços que orientasse a cobrança pelo serviço prestado, e que fosse algo justo. O preço variava de dois, três e cinco reais, e o almoço também era feito por aquela família.

Como o fluxo em feriados e outras demandas foi se ampliando, criou-se uma organização de três pessoas para ajudar na organização do turismo: duas mulheres e um homem. A portaria passou a ser próxima à ponte do rio Tiririca. A taxa de entrada passou a cinco reais (Kalungueira, 40 anos). Com o correr do tempo e até o início dos anos 2000, foram surgindo outras necessidades e projetos, entre eles a formação de condutores Kalungas.

No ano de 2008, surgiram projetos cujo tema e intenção era estimular o turismo alternativo, muitos deles financiados por apoiadores internacionais, o que resultou em construção do prédio da escola (Bob Moore), construção do Posto de Saúde (Simply Health) e no Planejamento Estratégico da Associação (HSBC Next Generation). No ano seguinte, aconteceu o Seminário de Ecoturismo Kalunga (HSBC e Goiás Turismo). Abril de 2011 marcou o início de um dos projetos que ajudou a incrementar a infraestrutura para o turismo. O Kalunga Sustentável facilitou a realização de duas construções, uma loja de artesanato e o Centro de Atendimento ao Turista, mudando o local daquele atendimento inicial para o centro da comunidade (Kalungueira, 42 anos).

Refletindo sobre o surgimento do turismo na comunidade, não é possível afirmar que foi apenas uma pessoa que aceitou o turismo e sim que cada pessoa da comunidade teve um papel importante, juntamente com o não kalunga. Porém a maneira como se construiu a interlocução com os agentes de fora (públicos e privados) fez o turismo ir acontecendo devagar, sem muito planejamento.

O povo do Quilombo Kalunga sempre aprendeu e construiu o seu saber no fazer, com acertos e erros; com o turismo não foi diferente. A comunidade teve e ainda tem altos e baixos associados à atividade turística. Desde o início, o interesse dos turistas e de seus agenciadores se construiu pelo discurso do ganho rápido de capital, pela fruição dos atrativos de natureza existentes e de alguns serviços, como de alimentação, que teriam um sabor exótico, feito por uma comunidade que os turistas até hoje nem sabem direito quem é. Parece que o receio comunitário sobre aquela “onda” se diluiu quando se percebeu que os turistas não estavam mesmo

interessados na cultura Kalunga, no seu modo de vida, na sua existência, o que pode ter representado um aspecto de silenciamento para os de dentro.

A prática turística até o momento é permitida pela comunidade que disponibiliza e monitora o acesso do turismo/turistas a cinco cachoeiras abertas para visitas: Cachoeira Capivara; Cachoeira Candarú; Cachoeira Tamanduá; Cachoeira Bom Jesus; e, a Cachoeira Santa Bárbara. Essa última se tornou a mais famosa do estado de Goiás, pelo suporte e divulgação da grande mídia, que atrai pessoas de todos os lugares do Brasil e até mesmo do mundo. A sua preservação frente à demanda por sua procura está garantida com o limite máximo de acesso diário de 300 pessoas, em um rodízio de 50 pessoas por vez, com direito de permanecer por uma hora no local. As demais têm o limite de 400 pessoas na mesma logística.

Na dinâmica da visita, muitos dos visitantes ficam hospedados na cidade de Alto Paraíso de Goiás e um número razoável no município de Cavalcante. Chegam de madrugada na comunidade, já acompanhadas (os) de condutores, visitantes ou guias de turismo (não Kalunga) para não perder a senha, tiram o sossego dos moradores e até congestionam a Estrada (Kalungueira, 42 anos). No entanto, o Centro de Atendimento ao Turista abre às sete horas da manhã. Se os condutores Kalungas não estiverem com os visitantes agendados, é difícil a sua condução.

Como já mencionado aqui, o Kalungueiro aprende fazendo. A organicidade vai se plasmando a partir dessa constante mudança e fica sob a responsabilidade da Associação Kalunga do Engenho II – AKCE. Na sua reunião dos dias 16 a 20 de outubro de 2018, houve a decisão de fechar os atrativos naturais no período de seus festejos das quatro folhas (Figura 2). Também ficou acordado que carros de visitantes não iriam até os atrativos, apenas os carros autorizados para o traslado, sendo que, na Cachoeira Capivara, não seria permitido nenhum tipo de veículo. Obviamente que gerou protestos com as pessoas de fora, com os turistas, guias não Kalunga, agenciadores de turismo entre outros, pois é uma norma criada por Kalungueiras e Kalungueiros.

Portanto, as práticas de turismo no território do quilombo são eminentemente voltadas para a fruição da natureza (cachoeiras), sem integrar com a dimensão existencial daqueles do lugar, sua cultura local. Tais fatores fizeram crescer a cobiça sobre o território Kalunga, colocando em risco não somente a sua gestão da atividade, mas também fazendo questionar sobre o que significa a visita para a

Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança, com os objetivos, de acordo com o primeiro artigo do Decreto de 5 de junho de 2017, de:

Aumentar a representatividade de ambientes protegidos; garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos; contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere; e proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico (BRASIL, 2017).

Com isso, a caracterização do turismo na região, de acordo com Programa de Regionalização do Turismo / Mapa do Turismo Brasileiro lançado em 2017, pelo Ministério do Turismo (MTur), considera que a Região Turística da Chapada dos Veadeiros é composta pelos cinco municípios de Goiás (BRASIL, 2018): Categoria **A**, Alto Paraíso de Goiás; Categoria **B**, Cavalcante; Categoria **C**, Colinas do Sul e São João d'Aliança; e, Teresina de Goiás na Categoria **D**.

Cada uma dessas categorias mensura parâmetros (fluxo turístico e oferta de meios de hospedagem) que evidenciam os municípios com melhores condições para atender o turismo, uma forma do MTur enxergar onde existe maior carência, o que justificaria as inversões em programas e projetos. Todavia, nota-se que isso representa uma limitação que oprime e desvaloriza o local ao se pensar apenas nos turistas que são passageiros, sem o olhar para os moradores nativos, por exemplo, para integrar a cultura local como critério do modelo desenvolvimentista. Com o *boom* turístico que se inicia na cidade Alto Paraíso na década de 80, com divulgações da mídia nacional evocando belezas cênicas e poderes energéticos, foi elevada a área à categoria de balneário internacional que reflete até os dias de hoje.

Diante disso, aconteceu um grande processo de gentrificação, emudecendo um histórico existente secular e “recriando” novos meios de viver para atrair turistas. Cada dia que passa, o Quilombo do Moinho, que fica a 15 km da cidade de Alto Paraíso, cada vez mais é referenciado como um vilarejo pelos turistas, ao visitarem as cachoeiras Anjos e Arcanjos. Com a cachoeira Santa Bárbara, localizada no quilombo Kalunga no município de Cavalcante, não é diferente, pelo que pude escutar dos meus tios, tias, primos e amigos

[...] tem uns pessoais que pensa que aqui é igual à Vila de São Jorge. Eu falo, aqui é comunidade. O povo de lá não fala nada daqui. Tem pessoas que vem pra cá nem sabe que é uma cidadezinha, não sabe que tem luz, pergunta se o prefeito daqui é de Alto Paraíso. Cavalcante está esquecido (Kalungueira,50 anos).

Além da fala acima, a comunidade relata e questiona a situação de a história local e a resistência quilombola ser invisível para o turismo. É comum a narrativa de que não são todas, mas que existem pessoas que vão e voltam sem saber que ali é um território do Quilombo Kalunga. Pelo fato da comercialização da cachoeira Santa Barbara ser feita de forma massificada por operadoras de viagens, agências de viagens afinal pelo trade turístico apenas como um atrativo na natureza, e não inserido em um contexto existencial, dos Kalungas. Ao se vender dessa maneira, se silencia sobre a existência de toda a comunidade.

Fazer esse contraponto é de suma importância para refletir o que a denominação Chapada dos Veadeiros silencia a partir do turismo. Nos meios de comunicação social ou até mesmo no discurso de alguns condutores e guias de visitantes se cala o fato histórico de existirem ali as comunidades quilombolas, que não estão representadas na importância dada à região.

Quando se fala em Chapada dos Veadeiros ou até mesmo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, é acionado o imaginário das pessoas para Alto Paraíso ou Vila de São Jorge. Esses locais são repletos de empresários brasileiros e não brasileiros, bem estruturados para receber turista, sem falar no grande *marketing* do místico e esotérico, gerando alguns conflitos dentro do território Kalunga.

Quando chega aqui deparam com esse bando de pretos, quer pôr regras neles. O que acontece, você vê no olhar de alguns, não é todos, mas é a maioria, você percebe no olhar no jeito de se comportar o racismo estampado. Eles acreditavam em outra coisa e chega aqui ver essa organização e quer passar por cima não quer aceitar isso sempre foram os brancos que mandou porque que agora vai ter que acatar uma regra que é do povo preto (Kalungueira,28 anos).

Há uma visão que se aproxima de noção do racismo estrutural e ambiental, que entende a mudez dos agentes externos de turismo como uma ação que tem motivação e impacto racial

E o que muda com a chegada do turismo, é que a situação financeira do pessoal daqui deu uma melhorada. Quando a gente vai na cidade a gente percebe um sentimento diferente, não sei se é ciúmes. Eu prefiro acreditar que é ciúmes do que inveja. Ciúmes de ter pessoas da comunidade conseguir levantar, andar com as próprias pernas. Eu vejo ciúmes, então percebo que tem muito ciúmes envolvido e é um ciúmes forte porque, como é a comunidade que “organiza” é a comunidade que toma de conta é comunidade de pretos e pretas. Eles não pode ter poder? Eu vejo, talvez seja isso. Mas tem tanta fala sobre a comunidade que é isso que é aquilo. Se for prestar atenção a comunidade é de pretos tomando poder. É preto ganhando voz e isso incomoda. Então vejo muito isso (Kalungueira,28 anos).

A cachoeira Santa Bárbara por ser um das mais bonitas do Brasil por cobrar 20 reais eles falam que é muito dinheiro para entrar, que é rios de dinheiro. Tem cachoeira do Prata que cobra 40 reais em Alto Paraíso várias e 40, 30, 20 ninguém fala nada porque é propriedade de fulano de tal. No Engenho II, está dentro da propriedade do quilombo Kalunga. Lá é Kalunga. Quem manda é nós, mas as pessoas ainda quer que nos continuemos no tempo da escravidão ser governados por eles sem ter nossa autonomia (Kalungueiro,39 anos).

Refletir sobre tais falas demonstra um racismo ambiental e estrutural ligado ao povo Kalunga. Pode-se deduzir que há um jogo de poder e uma intencionalidade perversa ligada ao silenciamento, que faz com que os nativos não recebam o devido reconhecimento e atenção por sua história social de lutas em favor da manutenção dos seus direitos (como destacado no capítulo 2) que, por consequência, os tornou guardiões da savana do cerrado antes mesmo do reconhecimento como Chapada dos Veadeiros e como Reserva da Biosfera.

A atividade turística na forma como se pratica valoriza o mito da natureza intocada, do ambiente natural puro, sem as comunidades e suas culturas, pois o utiliza como recurso elementar e fator de atração dos visitantes. “Entretanto, a nossa relação com a Chapada dos Veadeiros, Parque, Agência de Viagem, é o que de certo modo nos ajuda com o turismo sustentável, mas o que é essa sustentabilidade deles? Como faz? Quem faz? Quais são as vozes que são escutadas ali? São os povos que estão ali há muito tempo ou é o de fora? humm” (Kalungueira,33 anos).

No caso do enfrentamento, ao silenciamento sobre a cultura local feito pelo mito da unidade de conservação Chapada dos Veadeiros, os condutores Kalungas fazem um trabalho de formiga, afirmando que, em primeiro lugar, ali é o Quilombo Kalunga, quando se evidencia a importância histórica do aquilombamento, do *Eu Kalunga* no turismo que é de suma importância para o *Nós Kalunga*. Porém, ainda

não é uma tarefa fácil, pois há a pressão externa daqueles que vendem e usam a natureza dos Kalunga em detrimento da cultura dos Kalunga.

Também se questiona constantemente o preparo dos Kalunga para receber os turistas, obviamente para não ter que compartilhar a possibilidade do ganho financeiro, especialmente com os mais jovens que iniciam no trabalho de condução turística. Também é óbvio que a carência histórica da comunidade coloca esse ganho como um elemento forte, porque complementa sua subsistência, além de representar trabalho e renda sem ter que se aventurar às condições precárias do trabalho nas cidades, muito desiguais socioeconomicamente, experiência vivenciada também por pessoas da comunidade.

Para muitos Kalungas, a ideia inicial de não incomodar a comunidade parece ter agora adquirido outro rumo. Mesmo que as pessoas só queiram ir à cachoeira, e o que prevalece nessa relação é a máxima capitalista em atender bem ao cliente, existe o incômodo ao se afirmar que o turismo possibilita uma inclusão e ao mesmo tempo exclusão da comunidade.

[...] me representaria quando toda pessoa que chegasse aqui na comunidade tivesse sendo acompanhada por um condutor da comunidade. Por exemplo, porque eu moro aqui eu sei o que quero. Aqui tem os guias que vem de fora. Tem muita responsabilidade. Mas e daí? Tem uns que não está nem aí, não é a casa deles, não mora aqui o que ficar, ficou. Eles não estão nem aí, quer saber que está ganhando o dele, e eu vou ficar aqui dentro. Então a meu ver o Turismo não está me representando totalmente na comunidade (Kalungueira, 29 anos).

O fato de o turismo não representar os interesses da comunidade em cem por cento, pela falta de equilíbrio entre o turismo de natureza e o cultural, significa que há muita interferência externa, não benéfica, na sua organização interna pela comunidade. A desconsideração ou a omissão sobre a “existência no local” dos Kalunga significa que os conflitos decorrem da falta de uma comunicação com maior isonomia, de forma que a construção do turismo regional inclua a voz dos quilombos, o que tenciona e demanda mais resistir para continuar a existir.

O município de Cavalcante abriga a maior parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, mas a entrada do Parque é no município de Alto Paraíso. Existe pressão das empresas do trade turístico para uma nova entrada, ao norte entre

a cidade de Cavalcante e Colinas do Sul. Outros interesses também influenciam, entre esses os das mineradoras e do agronegócio, com grandes interesses e projetos para aquela região. E a população parece não ter escolha, restando como única alternativa escolher qual é o menos opressor, o menos ruim.

O cerrado, por muito tempo, foi visto como feio, exótico, dito sem importância. Após o valor agregado, bem elitista, essa visão muda, porém continua no poder das classes dominantes, confrontadas pelos ambientalistas e comunidades tradicionais que defendem e lutam pela sua preservação. “Em que o modelo hegemônico no mundo atual cada vez mais trata a maioria da humanidade como objetos; uns, a serem usados a serviços do lucro; outros considerados supérfluos” (PACHECO, 2008, p. 1).

O relato de alguns anos atrás sobre o projeto de instalação de um *resort* teve uma repercussão forte, situação que interferiu na comunidade. Antes mesmo do lançamento do empreendimento, a agência de publicidade tentou gravar imagens das cachoeiras sem a permissão do povo Kalunga e quis contratar alguns Kalungas como garotos propaganda distorcendo a realidade do que é vivido ali.

A luz de alerta se acendeu novamente ao povo Quilombola Kalunga, pois tal empreitada reproduziria a mesma precarização das relações de trabalho imposta pelo modo de produção capitalista, possibilitando apenas a alienação da sua força de trabalho, sem as condições para ampliar a sua qualidade de vida, além do histórico de discriminação das comunidades tradicionais por questões étnicas e raciais.

Diante disso o Kalungueiro de 30 anos relata que “o turismo de natureza é mais valorizado porque é uma cultura de poder que gera emprego e renda com a exploração dos bens naturais. Diferente da nossa cultura que ao longo do tempo dos séculos foi omitida da cultura brasileira de base”. Nota-se que existe um racismo com a cultura ou, quando é reconhecida, é vista como exótica.

Entre outras lutas de resistência, também foi relatado que “grandes empresas de bebidas já quiseram privatizar a água existente” (Kalungueira, 33 anos) ali quando no rememorar dos mais experientes o território ainda estava em processo de reconhecimento como quilombo.

Essa relação de falta de comunicação com o povo Kalunga ainda se repete. Há operadoras de viagens e agência de viagens que, sem um planejamento com a comunidade, começam a divulgar outros lugares de natureza do Quilombo Kalunga.

Mesmo assim, segundo o próprio presidente das Associações, são atividades a se explorar que não incluem os próprios nativos, ou seja, as(os) kalungueiras(os).

[...] a relação que se tem entre agências de viagens, parque nacional da Chapada dos Veadeiros e território Quilombo Kalunga. É um grande comércio que de alguma maneira vai gerar renda para investidores, sejam eles que investem em pousadas, sejam os que investem em agências de viagens sob o argumento de que o turismo, ele pode sim contribuir com desenvolvimento de toda a região. Mas é preciso observar o que está desenvolvendo de fato, se a gente olha para a realidade de São Jorge para realidade de Alto Paraíso, agora um pouco aí de Cavalcante, é que nós continuamos sendo “pobre” e vivendo com muitas dificuldades. Quem vem para Alto Paraíso, quem vem para São Jorge quem vem para Cavalcante construir uma pousada um restaurante uma lanchonete são pessoas de outros lugares que têm recursos financeiros suficientes para se investir nisso e nós vamos lá trabalhar nessas pousadas arrumando a cama, lavando, passando. Vamos trabalhar nessas lanchonetes, cozinhando, trabalhar nessas lanchonetes, lavando os pratos banheiros (KALUNGUEIRO, 24 anos).

Percebe-se, no discurso dos de fora, que o povo Kalunga ganha muito dinheiro na condução e com a portaria. Porém, para os Kalunga, esse controle é uma forma de barrar ou limitar o interesse externo em atrair cada vez mais visitantes para explorar a sua natureza, esquecendo que a própria natureza tem seus direitos. As e os moradores serão os principais afetados com os impactos provenientes desse aumento, sem que suas necessidades básicas sejam supridas.

A comunidade acaba sendo apenas a ponte para o turismo e turistas chegarem ao local da natureza como a grande protagonista, quando na verdade suas empresas é que lucram. E o ataque à cultura é o artifício para se chegar ao território e sua natureza. A kalungueira(o) é diminuída, colocada como “fachada de promoção e venda, sem falar na ação de agências que exploram nosso território sem nós sabermos, ou que nos vende como um produto exótico” (KALUNGUEIRA,33 anos).

Aos que replicam as vozes da comunidade, “pode divulgar nossa cultura Brasil a fora na forma que ela é não na forma que pensam ser” (KALUNGUEIRA,33 anos). Saber disseminar nossa história da forma correta é muito importante, por isso, é preciso que respeitem o protagonismo dos Kalunga e que nos vejam na complexidade que somos.

Há ainda os casos que chegam afirmando que estão fazendo projetos participativos ou de etnodesenvolvimento, em que tais projetos já surgem preparados, com seus focos definidos, mapeando os bens naturais e culturais. Como um exemplo nítido tem-se o projeto do Instituto Ata com a exploração da baunilha do cerrado.

Sem de fato conhecer a realidade, as dificuldades da comunidade e explicar o que é o turismo, o que pode haver de bom ou de ruim, não haverá um equilíbrio a partir da cosmovisão do Quilombo Kalunga. Juntamente com o *trade* turístico que utiliza dos atrativos de natureza para ali criar uma atividade, é preciso sempre pensar no bem viver das comunidades tradicionais.

A atividade do turismo foi impulsionada economicamente com a elaboração do Plano Estadual de Turismo em 2008, como já referido, que tinha como estratégia a inclusão de novos roteiros turísticos, que apreciassem belezas naturais e localização estratégica para sua consideração pelo *trade* turístico (SEBRAE, 2011). Os principais atrativos para atrair a visibilidade dos investidores e visitantes na região foram: as serras, a flora, a fauna, as cachoeiras Santa Bárbara e Capivara, ambas localizadas no Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

A política do turismo usou argumentos em suas mídias turísticas para atrair visitantes, utilizando o discurso dos colonizadores ao afirmar que a comunidade viveu isolada¹⁴ de outros povos, proveniente das fugas de escravos, fatores que foram generalizados criando “mitos” sobre o quilombo (ALMEIDA, 2003) criando um imaginário não real do local. Com isso, o Kalungueiro (24 anos) completa:

[...] parece que está construindo uma identidade que desvincula um pouco da nossa realidade territorial nossa identidade raiz se é que posso dizer assim a visão que está chegando aos turistas está sendo projetada pela mídia e que o território é um espaço apenas de lazer, de visitação para que as pessoas possam se divertir tomar um banho de cachoeira. Eu acredito que isso acaba ocultando toda nossa história, toda a nossa trajetória de luta, toda nossa característica de resistência.

¹⁴ Os mais velhos saiam a cavalo para fazer trocas tecidos, sal com os produtos que tinha nas lembranças de alguns na rota está a Bahia, Arrais e Formosa. Para saber mais, há um estudo (dissertação) chamado “Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque”, de Thais Alves Marinho.

“A nossa luta e a nossa resistência quilombola histórica e atual é o que mantém os Kalunga nesse território até hoje, é o que mantém a natureza, a cultura, a forma de organizar, a forma de viver costumes e hábitos” (Kalungueiro, 24 anos). O racismo estrutural e as políticas no turismo inviabilizam as vozes que ecoam das comunidades tradicionais. Isso Dificulta criar um turismo mais humano, nas palavras de Gastal e Moesh (2007, p. 72), “o olhar gestor, sozinho, não tem dado conta de coibir a imposição, ainda colonialista, dominante nas propostas capitalísticas de Turismo, incentivando a concentração de renda, os danos ambientais e as agressões culturais”. Ainda as mesmas intelectuais dizem que esse outro olhar não irá nascer nos escritórios das operadoras internacionais e nem nacionais. É necessário um diálogo recíproco e de escuta dos centros de produção de conhecimento e empresários para apreender com o outro.

3.2.1 Um Causo Kalunga do Turismo Avô

Um dia sentada com uma das pessoas mais experientes da comunidade, surgiu uma conversa sobre o turismo, cheia de sabedoria e ensinamentos. “Quando vocês eram pequenas sua avó tinha medo dos turistas pegarem vocês. Era muito difícil aparecer pessoas de fora aqui. Com o passar do tempo acostumamos, até trouxe algumas coisas boas, porém não confiamos. Fico olhando aqui, tem dia que o povo está sentado mais de horas esperando turistas e às vezes vai embora pra casa sem guiar, fica com o dia perdido. Eu que não sou besta, não largo minha roça de jeito nenhum pra guiar. Sua tia é invocada pra eu fazer isso ou para mostrar minha roça pra eles, eu não quero, vão estragar tudo” (Kalungueiro, 70 anos).

No partilhar do pensamento do mesmo Kalungueiro existe a roça e as plantações como fonte original do sustento, o que permite vender a banana, a abóbora, e às vezes frango nos restaurantes. “Em uma a duas horas ganho mais do que uma diária de condutores. Não vendo tudo, porque tem as do meu sustento também. Esse negócio é bom, porém tem que respeitar a natureza e a cultura”.

“Cada água dessas tem um dono, pode ser um sapo, cobra, formiga, macaco, qualquer bicho ou uma planta. Se você não respeitar a água, pode secar ou acontecer outra coisa. Só que os turistas não respeitam o descanso da natureza. Pode assuntar,

vem pra cá na época de chuva, entra na água meio dia, hora que ela fica mais tranquila. Vira e mexe aparece uma serpente na cachoeira com visitante, eles ficam com medo, só que é a mãe natureza falando que podemos dividir o mesmo espaço” (Kalungueiro, 70 anos) no qual mostra a comunicação da natureza com os seres humanos. No costura do caso o mesmo “Os festejos na comunidade também estão ficando diferente, pois os turistas estão descobrindo as festas, tem que colocar limites e os mais velhos nem estão participando tanto”.

O relato traz muitas lições sobre uma cosmovisão ocidental e dos Kalungas, como o que é chamado de natureza é visto por uma e pela outra; a atividade do turismo como invasora do território pelo não confiar, pela mudança cultural e pela alteração das outras vidas chamadas na natureza e a desvalorização das pessoas, da economia local em detrimento das atividades turísticas.

3.3 AQUILOMBAR NO TURISMO

A árvore não nasce pela folha, a raiz é o fundamento. A primeira coisa que sai é a raiz. Pra ter uma árvore primeiro tem que ter uma raiz. Quando a árvore vem abrir a folha, a raiz está profunda na terra antes (Kalungueiro, 63 anos).

A fala do kalungueiro permite uma metáfora, a de que as folhas figuram como os atrativos turísticos de natureza, e a raiz é a cultura Kalunga que, na sua sabedoria e forma de vida, sustenta essa natureza no território, sempre defendido em lutas e muita resistência. Pode-se pensar da seguinte forma: também a raiz a terra com sua sabedoria ancestral, o tronco, a luta de resistência quilombola e os ganhos seriam a visão dos empresários ao olhar para um local sagrado e identifica-lo apenas como potencialidades.

O turismo pensado na comunidade com apoio das pessoas de fora não é pensado pela raiz e sim pela folha como forma de ganhar dinheiro com o discurso de desenvolvimento da região um turismo insustentável.

Com a metáfora partilhada, mostra-se um caminho para outro turismo, em que tudo está vinculado um com outro, ou seja, como uma atividade que não seja segmentada, que seja possível de mostrar o todo, livre de qualquer forma de

opressão. Como já mencionado neste trabalho, o movimento da quilombagem e o movimento de aquilombar-se busca fortalecer outro turismo, falado e pensado pelos Kalungueiros com uma forma de organização, com a visão do de dentro.

O primeiro passo é termos total controle sobre as práticas de turismo no território. Tudo deveria existir sem nenhuma outra interferência, tudo deveria ser decidido por nós. Tem que ter também todo planejamento como imprescindível. A nossa primeira leitura é que o turismo dentro do território não pode ser mercantil. A priori tem que ser para nossa subsistência, não pode pensar com a cabeça capitalista de explorar desenfreadamente, trazendo uma série de problemas para o território, trazendo uma série de impactos ambientais sobre a ideia de quanto mais lucro melhor. A gente tem que pensar a princípio nossa subsistência (Kalungueiro, 24 anos).

A possibilidade de um turismo aquilombado é pensar na atividade que ajuda o quilombo a se manter, quem sabe com mais autonomia, sem a tutela do Estado, a não ser como apoiador. Diante da fala do Kalungueiro, é preciso trazer uma reflexão a partir de Gastal e Moesh, de que a nova forma de fazer turismo irá nascer nas comunidades e não pelo trade turístico ou universidade, na verdade é necessário um entrelaçar de ciências e saberes.

Pensar e fazer o turismo tem que levar em consideração “não só as cachoeiras não, belezas naturais, acho que antes disso deve se colocar a nossa trajetória histórica, a nossa luta, a nossa resistência, as nossas dificuldades” (Kalungueiro, 24 anos). E com isso propor ações que possam ajudar na resolução de problemas.

O outro caminho é “pensar numa maneira de que todos os quilombolas, por exemplo, tenham acesso a esses atrativos turísticos, uma maneira de não sermos só mão de obra para atender turistas” (Kalungueiro, 24 anos). Isso guarda relação com o conceito de turista cidadão¹⁵, que faz uma releitura do seu próprio lugar.

Essa proposta quebra um dos impactos causados pelo turismo enquanto prática negativa, na qual os mais experientes ou condutores mostram locais culturais ou contam para os de fora, e acabam esquecendo do momento com a comunidade. Todavia, isso não está se repetindo internamente na própria comunidade, no sentido de ela mesma valorizar sua tradição, mas apenas no fluxo do fazer turismo fugindo da realidade. Eis então que surge outra pista do turismo aquilombado:

¹⁵ Propõe-se um re-olhar sobre o seu lugar. Ver Gastal; Moesch, 2007.

a partir do momento que a gente coloca como pontos cruciais contar a nossa história para os visitantes, mostrar a nossa realidade de conflitos, por exemplo, fazendeiros, mineradores, hidronegócio, agronegócios mostrar isso historicamente. Como é difícil a gente mostrar o processo de opressões que somos submetidos e que ainda hoje acontece! Eu acho que essas questões devem estar sempre latentes, sempre firmadas e reafirmadas aos turistas porque essa história muita gente não conhece. Ela foi negada e é negada ainda hoje (Kalungueiro, 24 anos).

Nesse momento, acredita-se que criar um laço de amizade com os turistas e visitantes – para que ambos acabem virando colaboradores viajantes, propaguem a natureza, cultura, saberes, fazeres e que seres humanos são interligados com as outras vidas chamadas de natureza ou meio ambiente, e não são vidas em posição superior – contribui para ensinar a cosmovisão dos Kalungas e a enfrentar a cosmovisão da modernidade, que é destruidora ambientalmente e busca anular o diferente. E quem sabe, pode até romper pensamentos racistas. E, ao mesmo tempo, o outro partilha a sua vida também com a comunidade.

No costurar do pensar e fazer turismo aquilombado, surge outra pista em que jovens kalungueiras relatam que seria de suma importância pensar em um calendário de fechamento para “não receber turistas na época de plantar e colher na roça” (Kalungueiro, 25 anos).

Outro relato de um turismo aquilombado da Kalungueira (42 anos) reforça a necessidade de um estudo para saber o número de pessoas que a comunidade suporta para hospedar dentro da comunidade e que tenha igualdade entre os estabelecimentos de refeições uma forma que todos os restaurantes ganham igualmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões existentes no presente trabalho permitem pensar o início para um novo pensar e agir a partir do turismo na comunidade quilombola Kalunga do Engenho II, assim atingindo o objetivo geral da pesquisa que foi refletir sobre favorecer a incorporação do turismo na comunidade. Pela pesquisa qualitativa realizada procurou refletir juntamente com a voz das (os) Kalungueiras (os), sempre silenciada e ausente na divulgação midiática da Chapada dos Veadeiros.

No seu início apresentou um referencial teórico-histórico sobre turismo, mostrando a dificuldade de se segmentar uma localidade, por ela ser complexa. Mais adiante expos o contexto histórico da região, começando com a formação da cidade de Cavalcante, Goiás, e do quilombo Kalunga, esse último formado antes mesmo da exploração do estado de Goiás. Observou-se que a cultura Kalunga no turismo, a ser apresentada por eles mesmos, não está presente em nenhum planejamento ou prática estabelecida, ao contrário da natureza relatada e divulgada na perspectiva do colonizador, do negócio.

Conclui-se que é possível criar uma forma de turismo menos opressora, que inclui os e as kalungas por meio das próprias narrativas da comunidade, como indicativos de um turismo aquilombado, que não anula o fator mais importante de um território: a relação com a terra. Ao se pensar em fazer turismo em quilombo, em terra indígena, quilombola, sempre tem de se levar em consideração a realidade do local. Não de forma utópica, mas de modo que sua participação não seja sempre uma luta para existir e resistir como um atrativo que pode estar na mira de uma hidrelétrica, de um agronegócio ou em pouco tempo virar um hotel super elitizado.

No caminho para se pensar um turismo local, a pergunta principal deve ser: quais são as necessidades pelas quais eles passam? Como o turista pode virar um colaborador viajante? Como os nativos podem ser não apenas informantes ou fazer o serviço braçal, mas se tornarem a cabeça pensante do projeto, equilibrando a cosmovisão do quilombo e a cosmovisão da globalização. Ao conhecer os Kalunga o viajante pode se tornar um colaborador, ajudar e participar de projetos sociais, de acordo com a demanda da comunidade, quem sabe ajudar nas lutas de resistência dentro e fora do local.

É preciso um aprofundamento sobre o turismo quilombado, em que o ato de viajar não seja só um passeio, que seja um ato político, uma forma de mudar uma concepção de algo que os livros não contam. Essa forma de pensar e fazer turismo não é só para reagir, mas também para criar condições práticas e necessárias às mudanças. É preciso entender que o Eu Kalunga e o Nós Kalunga no turismo dependem um do outro, é um processo de quilombamento. A partir do momento que contamos os “causos” que os mais experientes guardam, situados em uma narrativa histórica contra colonizadora.

A comunidade reconhece o seu patrimônio cultural e natural, que ambos estão interligados, e que representam mais do que a sua comercialização para o de fora. É perceptível que a comunidade deseja preservar e fortalecer internamente a sua cultura, fato que poderia acontecer em um “momento cultural” para o turista/visitante, com os condutores Kalungas, e, acima de tudo os não Kalungas, contando os “causos” das (os) Kalungueiras (os). O olhar e conhecimento sobre a comunidade está muito reduzido na prática do turismo, restrito ao se fazer o que o turista/visitante solicita, e não valoriza sua cosmovisão, o Eu /Nós Kalunga. É preciso, aos poucos, informar o que é uma comunidade tradicional quilombola, pela atividade turística, em coerência com o que é ser Quilombo, distante de um olhar que a apresenta como grande colcha de retalhos.

O momento do país é difícil, porém é necessário mudar as leis e as normas do turismo como, por exemplo, o Ministério do Turismo que não reconhece guia local. O turismo aparece como uma atividade sem grandes conflitos de forma bem romantizada. Talvez haja a necessidade de discutirmos coletivamente as muitas questões delicadas que cercam uma comunidade quilombola, o presente advindo do passado, além de projetos que se preocupam apenas com fluxos turísticos, se esquecendo das necessidades básicas do Quilombo, da crise de identidade, do jugo racista, entre outras questões.

Nesse cenário é fácil e até esperado que o trade turístico aposte cada vez mais no turismo como vetor de desenvolvimento, pois, para a elite dominante, ver o superficial (potencialidades) significa não respeitar o ser humano, é a famosa mercantilização da vida traduzida no estímulo à mineração, ao agronegócio, à especulação imobiliária, à concentração de renda, em suma, ao próprio turismo.

Acredita-se que é necessário ter um diálogo com a comunidade sobre o turismo e criar um plano e planejamento turístico da comunidade do Engenho II como a visão de todos da comunidade de crianças, jovens, adultos e idosos. E com a comissão de turismo é preciso pensar em estudos para embasar as atividades turísticas. Afinal, turismo é uma cultura ambulante capaz de transformar positivamente e internamente; por isso, é necessário estar com a raiz bem firme nesse chão.

O turismo aquilombado é uma forma de aprender e usar a ferramenta do colonizador para ajudar na defesa do território! Essas são apenas considerações iniciais. Quando o cansaço emocional for embora, provavelmente surgirão outras observações, se esquecermos que nós somos o começo, o meio, e o começo. E por isso nós existiremos para sempre, porque para nós não existe um fim. Sorrindo nas tristezas para comemorar a vida das alegrias, nós somos a gira da gira. Nós somos a periferia (Nego Bispo).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de quilombos pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás: patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 1, n. 9, p. 36-63, 2010.

ANDRADE, Juliana Filipa Dias. **O museu na era da comunicação online**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2008.

ARAÚJO, Marina. O estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Turismo em Análise**, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/14249/16067/>. Acesso em: 18 mar 2018.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra**. 3 ed. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, Coleção ABC do Turismo, 2002.

BENI, Mário Carlos. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. **Turismo em análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2006.

BRASIL. **Carta de Turismo Cultural**, de 1976. IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>. Acesso em: 11 jun 2019.

BRASIL. Decreto SN, de 05 de junho de 2017. Amplia o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado nos Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João d'Aliança, Estado de Goiás. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Uma história do povo Kalunga**. Brasília: SEF/MEC, 2001.

BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes; PENA, Luiz Carlos Spiller. Desafios do turismo na terra de pretos: kalungas da Chapada dos Veadeiros. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **O território e a comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares**. Goiânia: UFG, 2015.

BURSZTYN, Ivan. Sobre conceitos e práticas de turismo de base comunitária no Brasil. *In*: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; COSTA, Helena Araújo. **Turismo e sustentabilidade: verso e reverso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland**: nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Breve história do turismo e da hotelaria**. Rio de Janeiro: CNC, 2005.

COSTA, Everaldo B. Ativação popular do patrimônio territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.

COSTA, Vilmar Souza. **A luta pelo território**: histórias e memórias do povo Kalunga. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.

CRUZ, Francinete Pereira da. **O lugar do turismo no Programa Brasil Quilombola-PBQ**: a experiência construída no Quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira-SP. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. de Viviane Ribeiro. Baurur: Edusc, 1999.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007

DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-33, 1992.

FERREIRA, Victor Henrique Moreira. **Teoria geral do turismo**. Modalidade a distância. v. 1. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas, para pensar a tolerância. *In*: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitz; FISCHMANN, Roseli (Org.). **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: Edusp, 2001.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC – FGV, v. I, n. 2, 1988.

GOMES, Flavio dos Santos. **MOCAMBOS E QUILOMBOS: Uma História do Campesinato Negro no Brasil**. Editora Claro ENIGMA, São Paulo, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ICOMOS. Carta do turismo cultural. **Cadernos de sociomuseologia**, n. 15, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>. Acesso em: 18 mar 2018.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 jul 2018.

KARASH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. *In*: REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos (Org.) **História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das Viagens**. Trad. de Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2009.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: procedimentos e possibilidades. *In*: _____ (Org.). **Desafios da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: CERU; Humanitas, 2001.

LIMA, Luiz José do Rêgo da Cunha. **Pequeno histórico da grande Chapada dos Veadeiros**. Org. de Anjee Cristina. [S.l.]; [s.n.]; s.d.].

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MARINHO, Tais Alves. **Identidade e territorialidade entre os kalungas do Vão do Moleque**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária: ‘Praia do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo cultural**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 17 maio 2017.

MITRAUD, Sylvia. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento sustentável. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

MOESCH, Marustchka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo, SP: Contexto, 2002.

MORAES, Claudia Corrêa de Almeida. **Turismo de experiência e interpretação em museu**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MOURA, Clovis. **Quilombos Resistencia ao Escravismo**. São Paulo: Editora Atica, 1993.

MOURA, Clovis. **Quilombos Resistencia ao Escravismo**. São Paulo: Editora Atica, 1993

MOURA, Clovis. **Historia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Atica, 1992

MOURA, Glória. **Quilombos contemporâneos**: resistir e vencer. Brasília: FCP, 2012.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Código de Ética do Turismo**. Trad. dos alunos do Primeiro Curso de Capacitação para Consultores em Turismo, Rio Grande do Sul: FUNDATEC Câmara de Turismo, 2000. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2414>. Acesso em: 19 maio 2017.

PACHECO, Tania. Inequality, environmental injustice, and racism in brazil: beyond the question of colour. **Development in Practice**, v. 18, n. 6, Aug. 2008. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1869, sob o título “Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor”.

PANOSSO, Alexandre. **O que é turismo?** São Paulo: Brasiliense, 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória - Revista Eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 1-24, Assis - São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006;

PEREIRA, Bruno Magnum; ALMEIDA, Maria Geralda de Almeida. O Quintal Kalunga como lugar e espaço de saberes. **Revista Geo Nordeste**, n. 2, p. 47-64, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2414>. Acesso em: 11 jun 2019.

PÉREZ, Xenardo Pereiro. **Turismo cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife. España): ACA y Paos; RTPC, 2009.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006

REVISTA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, **Quilombos do Brasil**.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Rosiene F; SILVA, Soraia Brito da. **Turismo e suas faces na comunidade Kalunga Engenho II, Cavalcante-GO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás Goiânia, 2016.

SARAIVA, Regina Coelly. **História, memória e identidade**. Brasília: UnB; FUP, 2010.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: UFMG; Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. Brasília: Sumaré, 1999.

SEBRAE. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante 2011-2014**. Cavalcante, Goiás: SEBRAE 2011.

SENADO NOTÍCIAS. Sancionada que inclui 12 municípios à Região Integrada do Distrito Federal e Entorno. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/22/senado-aprova-inclusao-de-12-municipios-na-regiao-integrada-do-entorno-do-df>. Acesso em: 20 ago 2018.

SILVA. William Cléber Domingues. Importância dos museus no processo de desenvolvimento turístico de Minas Gerais: uma análise do Museu Mariano Procópio. 2009. **Patrimônio & Turismo**, v. 6, n. 6, p. 35-45, abr./maio/jun. 2009. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio>. Acesso em: 10 set 2011.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular**. Natal: IFRN, 2013.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais**. v. 1. Trad. de Margarete Dias Pulido. São Paulo: ALEPH, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo básico**. São Paulo: Senac, 2003.

XAVIER, Adriana C. O papel social do turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual do Turismo, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/>. Acesso em: 10 maio 2015.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008. Disponível em: <file:///G:/CET%20UnB%20%20Prof%20Luiz%20Spiller/P%C3%B3s%20Gradua%C3%A7%C3%A3o/MPT%20Orienta%C3%A7%C3%A3o/Rose%20Santos/Referencias/CVT/341-922-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 abr 2018.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro da Entrevista

Eixo: HISTÓRIA DE VIDA (lembração do passado)

Questão chave norteadora/desencadeadora:

Pode contar um pouco como era a comunidade no tempo em que o senhor/a senhora era criança (adolescente, jovem)

Questões a serem abordadas

a. O que é ser quilombola para o senhor/a senhora?

b. O que é ser kalunga para o senhor/a senhora?

c. Se o senhor / a senhora pudesse mostrar alguma coisa ou contar alguma história do passado para os mais jovens o que o senhor / a senhora mostraria ou contaria? Tem alguma coisa que aconteceu no passado que é muito importante para a história da comunidade? Se o senhor/a pudesse contar a história de vida de uma pessoa mais velha da comunidade quem seria? O que ela/e representa para o senhor/a e para a comunidade? Os mais Jovens sabem quem foi ela?

d. Na comunidade tem alguma construção da época da escravidão ou o senhor/a tem lembranças de algum “causo” que os mais velhos/as falavam para o senhor/a.

e. Quais são as manifestações culturais importantes da comunidade Kalunga? Quais são os principais festejos? Quais são as principais atividades de artesanato e de arte na comunidade? As principais atividades musicais? Os instrumentos musicais típicos da comunidade? Quais são os pratos culinários característicos da comunidade Kalunga? Quais são os temperos característicos da culinária Kalunga? Quais são as principais características da saúde tradicional Kalunga? Como se organizam as remedeiras, as parteiras? Quais são as ervas e os remédios tradicionais de Kalunga? Como é a participação da comunidade na educação quilombola? Tem outras tradições culturais fortes e importantes na Comunidade? Destaque quais seriam.

f. Como o senhor/a senhora acha que poderíamos mostrar e valorizar essas práticas hoje em dia, tanto na comunidade (escola, festejos, dia a dia da comunidade), como para visitantes (turistas, pesquisadores) e para as cidades vizinhas da comunidade?

Eixo: HISTÓRIA E PRÁTICA DO TURISMO (PASSADO/PRESENTE)

Questão chave norteadora/desencadeadora:

Pode contar o que o senhor/a senhora gostaria de mostrar e contar para os moradores e turistas que vêm conhecer a nossa comunidade.

Questões a serem abordadas

a. Como foi iniciado o turismo aqui na comunidade Quilombola Kalunga Engenho, do território Kalunga? Quando isso ocorreu? Quando começou o turismo aqui, o território já era reconhecido como quilombo?

b. O turismo que acontece na nossa comunidade nos representa como quilombo?

c. O senhor/a já parou pra pensar porque o turismo de natureza é mais valorizado do que a nossa cultura?

d. Como o senhor/a senhora imagina que poderia ser um turismo ideal para a nossa comunidade?

e. Tem algo que poderia ser trabalhado no turismo aqui no Engenho, na Comunidade Kalunga, que ainda não é ou que ainda está em fase inicial (como gastronomia, venda de produtos agrícolas, de artesanato, participação em festejos da comunidade, em eventos sociais e culturais importantes para os Kalunga, dentre outros)?

f. O senhor/a acha que através do turismo podemos desenvolver projetos que fortalecer a nossa história com as novas gerações?

g. O senhor considera que o turismo que é praticado hoje valoriza as pessoas da comunidade? De que forma o turismo poderia contribuir para valorizar as pessoas da comunidade?

h. Como é o envolvimento das pessoas da comunidade no turismo em Engenho e com a cultura (guias, culinária, artesanato)?

- i. O que nós moradores poderíamos fazer para incluir a história do quilombo kalunga, as práticas culturais e os saberes tradicionais, as lutas no turismo que acontece aqui?

- j. Quais ações poderiam ser feitas para promover a troca de saberes com outras comunidades quilombolas que possuem práticas de turismo?

- k. Como o turismo tem influenciado (alterado) a cultura da comunidade?

- l. Como era o contato das pessoas de Cavalcante e de outros Estados com a comunidade antes do turismo? E com a chegada do turismo houve mudança? O que mudou?

- m. Como o senhor/a senhora imagina a comunidade daqui há 5 anos? Como imagina os jovens da comunidade, o fluxo de pessoas, as atividades econômicas da comunidade, os rios e matas, o território Kalunga?